

*Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.*

Chico Xavier



## **AGRADECIMENTOS**

Os meus sinceros agradecimentos à ADRA por me ter indicado para responder ao financiamento da bolsa oferecida pela Universidade de Hamburgo. Para esta Universidade, o meu agradecimento. À Direcção da Escola Magistério Primário do Nambambe do Lubango, por anuir o pedido para me ausentar por algum tempo para esta formação.

À minha família que em nome de Deus foram solidários e não olharam pelos sacrifícios que tiveram que consentir durante a minha ausência e os dias de estudos em que não podia atendê-los. Estendo este agradecimento aos meus colegas do MEA 21 e outros em Angola que não hesitaram em colaborar nas questões académicas; muitas das inspirações partiram deles.

Endereço os meus agradecimentos ao Núcleo Universitário de Menongue na Província do Kuando Kubango através do Professor Piedoso por ter colaborado em disponibilizar três estudantes deste estabelecimento de ensino que me auxiliaram nas actividades dos inquiridos e não só. Para os estudantes, Jerdin Ricardo Caculete Frederico, João Chilemo e Rafael Mbala Jorge o meu obrigado pela vossa participação, em particular pelos vossos comentários que capitalizaram as análises inseridas no presente documento.

Aos meus professores do mestrado agradeço pelas dissertações que fizeram aumentar a minha reflexão sobre as questões africanas, a qual me comprometo a prosseguir.

À minha orientadora Doutora Cristina Udelsmann Rodrigues com sinceridade enalteço a sua competência profissional pela forma como me orientou para elaborar esta dissertação.



## **RESUMO**

O trabalho que se apresenta centra-se nas tarefas relacionadas com a subsistência em comunidades de quatro aldeias do município do Chitembo, na bacia do Okavango/Zambeze, em Angola. A análise revelou que estas populações dedicam a maioria do seu tempo a tarefas da agricultura de subsistência e recollecção.

Em Angola, a questão da reestruturação da actividade agro-pecuária tem merecido debates por parte dos partidos políticos, organizações da sociedade civil e instituições internacionais que defendem que esta é a base de subsistência da maioria da população e que o país dispõe de condições de solo e clima favoráveis à prática desta actividade.

A análise das implicações das tarefas relacionadas com a subsistência constitui o objectivo central da dissertação, aferindo-se a existência de pobreza e de dedicação quase exclusiva às tarefas relacionadas com a subsistência devido à estagnação do crescimento tecnológico. Não havendo condições favoráveis à prática de actividades agro-pecuárias que proporcionem melhores condições de vida e mantendo-se a pobreza como uma condição, a esperança dos jovens rapazes é emigrar enquanto as raparigas se vêem perpetuadas a viver as mesmas circunstâncias das suas mães.

A constatação das condições acima referidas resultou de uma metodologia de investigação combinando um período de incursão teórica sobre questões relacionadas com o desenvolvimento africano e um trabalho de terreno que proporcionou uma interacção com as comunidades através da realização de inquéritos, entrevistas e observação. Os entrelaçamentos das duas metodologias, bem como a análise e discussão dos dados, resultaram na presente dissertação.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, subsistência, pobreza, desenvolvimento, Angola, Chitembo

## **ABSTRACT**

The present work focus on the activities related to the subsistence in communities of four villages in the municipality of Chitembo, on Okavango's/Zambeze basin, in Angola. The survey revealed that these people invest their major range of time doing subsistence agriculture and gathering goods.

The issues related to the changes within the livestock farming and agricultural activities in Angola, has been discussed by the political parties, by the civil society organizations, and by the international institutions which consider that this area is the base of sustainability for the major part of the people and also that there are good conditions of soils and climate in Angola to agricultural activities.

The analysis of the implications of activities related to subsistence is the main goal of the dissertation, which recognises widespread poverty and the almost exclusive dedication of the population to the tasks concerning subsistence due to the technological stagnation. Having no favorable conditions to practice farming and agriculture activities providing better life conditions and in a condition of poverty, the hopes of young males is to migrate while girls foresee continuing living in the same conditions as their mothers do.

The findings of the refered conditions resulted from a research methodology combining a period of theoretical incursion on the issues related to the African development and a period of fieldwork that provided the interaction with the communities through the conduction of a survey, interviews and observation. The interaction of both methodologies as well the analyses and data discussion had as a result this present dissertation.

**Keywords:** family agriculture, subsistence, poverty, development, Angola Chitembo

# ÍNDICE

<b>ÍNDICE DE QUADROS</b> .....	<b>vi</b>
<b>ÍNDICE DAS FIGURAS</b> .....	<b>vi</b>
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS</b> .....	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – Pressupostos teóricos e metodológicos</b> .....	<b>11</b>
1.1. Objectivos.....	11
1.2. Questão de partida e hipóteses .....	11
1.3. Estado da arte .....	12
1.4. Agricultura de subsistência.....	13
1.5. Desenvolvimento.....	15
1.6. Metodologia.....	19
<b>CAPÍTULO II – Caracterização da zona de estudo</b> .....	<b>23</b>
2.1. Angola e a zona do Bié.....	23
2.2. Município de Chitembo.....	24
2.3. O local de estudo .....	26
2.4. História agrária profundamente afectada pela guerra.....	28
2.5. Perspectivas políticas do desenvolvimento agrícola .....	30
2.6. Estratégias de famílias e agricultura em Angola .....	35
<b>CAPÍTULO III – As estratégias de sobrevivência e o desenvolvimento local</b> .....	<b>39</b>
3.1. Caracterização das famílias estudadas.....	39
3.2. Actividades produtivas e de rendimento .....	46
3.2.1. Agricultura.....	46
3.2.2. Pecuária .....	49
3.2.3. Recolecção.....	50
3.3. Estratégias de sobrevivência familiares.....	52
3.4. Implicações das estratégias de subsistência nas famílias e no desenvolvimento local.....	55
3.5. Factores para melhorar as condições de vida e para o desenvolvimento local.....	57
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>59</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>63</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>I</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. Distribuição da população no município.....	25
Quadro 3.1. Rendimentos ideias das culturas em Angola em 1991 .....	47
Quadro 3.2. Posse de animais domésticos.....	49
Quadro 3.3. Produtos que recolhem na natureza.....	51
Quadro 3.4. Calendário sazonal das actividades agrícola .....	53
Quadro 3.5. Calendário das rotinas diária .....	53

## ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 2.1. Mapa de Angola.....	24
Figura 2.2. Mapa Bié.....	26
Figura 2.3. Estrada nacional do Noroeste da capital Cuíto (Bié) em Direcção a Sudeste, capital do Quando Kubango (Menongue) .....	27
Figura 2.4. As quatro aldeias numa mesma paisagem.....	27
Figura 2.5. Cronologia do OGE para a Agricultura .....	34
Figura 2.6. Despesa orçamentada.....	35
Figura 3.1. Chefes de família por sexo.....	41
Figura 3.2. Membros dos agregados familiares para além do chefe de família .....	42
Figura 3.3. Escolarização dos chefes de famílias e os primeiros membros do agregado .....	43
Figura 3.4. Tipologia de bens domésticos possuídos pelas famílias .....	44
Figura 3.5. Serviços e produtos nos quais as famílias gastam dinheiro .....	45
Figura 3.6. Dados da produção do milho .....	47
Figura 3.7. Dados da produção da mandioca .....	48
Figura 3.8. Animais domésticos por famílias.....	50
Figura 3.9. Dados sobre a recollecção.....	51
Figura 3.10. Depois da lavra transporta lenha.....	52
Figura 3.11. Criança prepara farinha para cozinhar .....	56
Figura 3.12. No Kankuikui, solidários .....	57
Figura 3.13. Liazemba. Conversa junto a barraca de venda na reparação da casa de um dos amigos de um dos amigos .....	57

## **GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

ADRA – Acção Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente  
AIA – Associação Industrial de Angola  
APD – Ajuda para o Desenvolvimento  
BPC – Banco de Poupança e Crédito  
BUE – Balcão Único do Empreendedor  
CARE Internacinal – Organização internacional Não-governamental de ajuda e desenvolvimento  
CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral  
CIS – Instituto Superior de Ciências Sociais e relações Internacionais  
CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa  
DRP – Diagnóstico Rápido e Participativo  
DRR – Diagnóstico Rural Rápido  
EDA – Estação de Desenvolvimento Agrário  
EU – União Europeia  
FAO – Fundo das Nações Unidas Para a Agricultura e Alimentação  
FAZ – Fundo de Apoio Social  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
ISCDE- Instituto Superior de Ciências de Educação  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa  
KK – Kuando Kubango  
MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos  
MEA – Mestrado em Estudos Africanos  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
ODAs – Organização de Desenvolvimento de Áreas  
OGE – Orçamento Geral do Estado  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPSA – Observatório Político Social de Angola  
PAPAGRO – Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários  
PGDR – Programa de Reintegração Social dos Ex-militares de Guerra  
PMICPDR – Programa Municipal Integrado de Combate a Pobreza e Desenvolvimento Rural  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
TFO – The Future Okavango (O Futuro Okavango)  
TPA – Televisão Pública de Angola  
UNACA – União Nacional dos camponeses Angolanos  
UNITA – União Nacional de Independência Total de Angola  
VHI – Vírus de Imuno-deficiência Adquirida



## INTRODUÇÃO

Após investigação no terreno em Chitembo, um município da província do Bié, constatou-se que as populações adjudicam a quase totalidade do seu tempo a tarefas relacionadas com a subsistência. Não dispõem de outro tempo para assegurar outras tarefas, por exemplo mais tempo para cuidar das crianças, visitar familiares, debater questões comunitárias ou repensar a vida comunitária. Não têm a possibilidade de alternar entre si as responsabilidades da vida social com as de subsistência. Observou-se que nestas localidades, durante o dia, apenas se viam crianças e idosos a circular e que as pessoas em idade activa passam todas as horas do dia em actividades de subsistência nas lavras ou no mato.

A análise desta distribuição do tempo de trabalho e lazer revelou-se interessante no contexto rural angolano, onde as populações ainda sofrem os efeitos de longos anos de guerra, sendo esta questão de particular importância no âmbito do desenvolvimento local.

Desde o final da guerra em 2002, doze anos decorridos, esperava-se que as comunidades rurais, as mais afectadas pela guerra, tivessem alcançado um nível de resiliência maior e melhorado a sua condição de vida por intermédio da produção agrícola, a sua principal actividade. Contudo, a população rural em geral e grupos particulares das comunidades, nomeadamente os jovens e as mulheres, continuam a sofrer os efeitos negativos da precariedade agrícola. A relevância do tema evidencia-se neste quadro contextual na medida em que se pretende reflectir sobre o modo de vida das populações, essencialmente aquelas que foram mais sacrificadas pelo conflito armado, despidas de seu capital material e emocional e impedidas de se desenvolverem socialmente.

A escolha de quatro aldeias de Chitembo – Liazemba, Tuia, Kankuikui e Kamue na província do Bié – foi definida no âmbito do projecto de pesquisa *The Future Okavango* sobre a bacia do Okavango, partilhada entre Angola, Namíbia e Botswana, visando analisar os meios de vida e sua relação com o ecossistema da localidade. As quatro aldeias, além de responderem ao desiderato do projecto Okavango, têm relevância para esta dissertação porque a investigação aí realizada está relacionada com as questões do desenvolvimento local, o que está em linha com os objectivos da mesma. A proximidade das quatro aldeias entre si coloca-as num sistema de organização relativamente semelhante, no qual a divisão das tarefas diárias conduz a várias exigências sociais e económicas. Sobretudo, há que sublinhar que as populações vivem no limiar da pobreza, com poucas possibilidades de desenvolvimento e que isso se traduz no tempo que dedicam às actividades mais básicas de sobrevivência.



# CAPÍTULO I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

## 1.1. Objectivos

Considerando a agricultura familiar como uma estrutura produtiva, tendo subjacente a relação família-produção-trabalho, é importante aferir como esta relação se processa entre os diversos elementos ao longo do processo de produção e como são geridos os esforços e o tempo nas comunidades. Em termos específicos, pretende-se entender como os membros das famílias, adultos e jovens, homens e mulheres, gerem o seu trabalho e como estruturam as suas expectativas.

Tendo em conta estas questões, a dissertação pretende analisar as estratégias de sobrevivência das populações destas três aldeias, realçando especificamente as estratégias de determinados segmentos da sociedade que possuem um papel relevante em termos de desenvolvimento local.

O objectivo principal é descrever a forma como as comunidades se organizam entre as actividades de subsistência e as responsabilidades domésticas e comunitárias. Outros objectivos mais específicos são:

- Analisar o papel e questões específicas de determinados segmentos comunitários, nomeadamente jovens e mulheres;
- Identificar as questões relacionadas com o desenvolvimento local que se colocam a estes grupos;
- Analisar as estratégias de subsistência das famílias rurais na perspectiva de contribuir para a melhoria das intervenções nestas áreas;
- Reflectir sobre os factores que podem contribuir para a melhoria das condições de vida e para o desenvolvimento local.

## 1.2. Questão de partida e hipóteses

As populações organizam as actividades de subsistência e responsabilidades domésticas de forma articulada tendo em vista o desenvolvimento. A questão central para a elaboração da dissertação surge desta observação: como é que as populações se organizam em termos das actividades de subsistência e responsabilidades domésticas? A hipótese explicativa é que as populações dedicam a maior parte do seu tempo às actividades relacionadas com a sobrevivência na medida em que não existem meios e mecanismos que lhes permitam dispor de mais tempo para outras actividades, domésticas ou de lazer.

Relacionadas com esta questão de partida, será dada particular atenção a determinados segmentos sociais sobre os quais se centra o desenvolvimento local: as mulheres, os jovens e as organizações locais. A situação da mulher merece atenção, já que ela exerce dupla tarefa intercalada entre o trabalho produtivo e o doméstico. Por outro lado, a pesquisa centra-se sobre os jovens que, para além da sua participação na economia e sociedade local, articulam as suas estratégias de sobrevivência com outras possibilidades fora das suas localidades. Outros actores locais, designadamente as entidades governamentais, partidos políticos e igrejas que actuam ao nível local, desempenham igualmente um

papel relevante no âmbito das estratégias da população local. Em conjunto, estes actores constituem o cerne das estratégias de desenvolvimento local.

Várias áreas do conhecimento, como a sociologia, a antropologia e a economia serão mobilizadas como contributo para analisar a situação nestas localidades principalmente dos segmentos acima citados. Parte-se do reconhecimento de que as mulheres desempenham um papel relevante no desenvolvimento das zonas rurais dos países em desenvolvimento ao que se denomina “women’s triple role” ou seja o papel reprodutivo e social, a reprodução geracional e a reprodução diária. Esta, análise far-se-á, portanto, tendo em conta uma perspectiva de género, focando sobre a sua contribuição para a manutenção das condições mínimas da família (Narciso e Henriques, 2008).

A reflexão sobre os adolescentes e os jovens será também privilegiada, assumindo-se que esta camada social esteja afectada em decorrência da incapacidade dos seus progenitores ou protectores de atender às suas preocupações sociais e económicas, vendo-se obrigada a cedo assumir responsabilidades da manutenção de suas vidas e de outra gerações mais novas.

### **1.3. Estado da arte**

Epistemologicamente a “agricultura camponesa”, “agricultura de subsistência” e “pequena agricultura”, todas elas têm em comum a preposição família, no sentido em que esta agricultura é realizada pela mão-de-obra do agregado familiar na propriedade deste grupo. É uma forma de trabalho para a família. Dele obtêm os rendimentos económicos que são redistribuídos aos membros do agregado de várias formas e aplicados para capitalizar a propriedade. A estratégia de desenvolvimento agrícola em Angola é indicada como estando no centro do combate à pobreza, o que coloca também a família no centro do desenvolvimento (Caetano e Santos, 2008). Segundo Owusu (2010: 381), “a proporção da população activa nos países africanos consagrada à agro-pecuária de subsistência (cultivo e criação de animais), voltada para fins comerciais ou a ambas, é estimada em 65% e 95%, respectivamente”. Pelo menos 80% dos estimados cento e cinquenta milhões de africanos vivem da agro-pecuária, cabendo a maior proporção do trabalho de plantio, terraplanagem e preparo do solo, de colheita e comercialização, às mulheres. Contudo, é frequentemente assinalado que a África Subsaariana continua a enfrentar dificuldades de desenvolvimento, pelo que as várias opiniões revelavam críticas aos países africanos pela forma inadequada como conduzem os processos de desenvolvimento. Nomeadamente, considera-se que as medidas políticas não são justas, que são assimétricas, e que permanecem os elevados índices de pobreza porque os africanos, apesar de disporem de recursos naturais significativos, não os capitalizam. Coloca-se, portanto, a questão de saber quais são as razões para que tal não suceda.

No âmbito agrícola, Angola é sem dúvida um território que dispõe de um quadro geográfico favorável à prática agro-pecuária, de Norte a Sul, de Oeste a Este, com espaços vastos. De acordo com a sua posição geográfica, existem três modos variados de exploração agro-pecuária – em regiões mais

pastoris, regiões mistas (pastoril e agricultura) e regiões predominantemente agrícolas. Esta é a razão histórica pela qual a população angolana no global é culturalmente agro-pastoril.

Paralelamente a estas condições, é importante também mencionar o potencial pesqueiro, quer marítimo como o fluvial, que potencia as trocas comerciais entre as populações agro-pastoris e pesqueiras e também a combinação destas actividades. Estas condições não são contudo maximizadas para tornar a agro-pecuária numa verdadeira força económica do país. Actualmente critica-se bastante a baixa diversificação da economia angolana que depende bastante do petróleo com todos os riscos que isso acarreta. Contudo, a agro-pecuária e as pescas, que são os garantes da sustentabilidade de Angola, não se afiguram suficientemente como áreas prioritárias de diversificação.

#### **1.4. Agricultura de subsistência**

A agricultura de subsistência é actividade circunscrita ao agregado familiar, através de um sistema de produção limitado, recorrendo a meios de produção e tecnologia menos desenvolvidos e resultando numa produção baixa e conseqüentemente em rendimentos baixos com o qual só se garante o abastecimento alimentar e outros apoios sociais limitados aos membros do agregado. Caracteriza-se pela utilização de instrumentos agrícolas tradicionais como a enxada, catana e machado e raramente recorre a meios mecanizados.

Hugues Lamarche, citado por Marta Marques, refere que “a interacção entre laços familiares e grau de dependência em relação ao exterior configura o funcionamento das unidades de produção, sendo por isso possível considerar a agricultura de subsistência como uma empresa”. Para diferenciar as particularidades, a autora apresenta oito aspectos a ter em conta: “a forma de relação com a terra; a importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário; a estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem; a relação com a representação familiar do estabelecimento; o grau de intensificação do sistema de produção; aspectos financeiros; o grau de integração ao mercado; o grau de dependência alimentar” (Marques, 2008: 63).

Para este estudo, a agricultura é camponesa ou de subsistência tendo em conta a sua dependência da família, as dificuldades financeiras que daí resultam e o grau de dependência alimentar. Estes condicionalismos reforçam a noção de uma vida quotidiana de subsistência e de precariedade. A subsistência, definida como o conjunto de meios necessários à vida, está em linha com a hierarquia da pirâmide sobre as necessidades humanas proposta por Abraham Harold Maslow em 1943, (citado por Bueno, 2002), a qual tem na base as necessidades fisiológicas, seguidas por ordem as necessidades de segurança, as necessidades sociais e as necessidades de auto estima, sem perder de vista os contextos e a sua constante evolução. A pobreza, semelhante à subsistência, traduz-se na falta de meios necessários à vida. Trata-se de falta de alimentos, falta de equipamentos, falta de dinheiro, resvalando estas situações para outras implicações como a fome, a debilidade física, a exclusão, condicionando a actividade produtiva. A agricultura de subsistência também é caracterizada pelo desconhecimento de técnicas e meios apropriados nas operações de cultivo de produtos agrícolas e no maneio de gado e

animais, o que condiciona a produção quer em termos do alargamento de campos de cultivo, quer na produtividade dos mesmos. Os resultados das colheitas são normalmente baixos, assim como a qualidade dos produtos.

A necessidade de melhorar o modo de produção agrícola é uma prioridade para satisfazer as necessidades alimentares das populações locais e eventualmente comercializar na região ou noutros países. Esta tem sido uma preocupação tanto nacional como ao nível das instituições de desenvolvimento internacional. Contudo, em relação à ajuda pública ao desenvolvimento (APD) através de programas desenvolvimentistas, o Banco Mundial reconhece o fracasso destes países enquanto o FMI, através dos programas de ajustamento estrutural, considera a imperiosidade de atribuir apoios significativos à agricultura dos países em desenvolvimento, sem ignorar os sectores tradicionalmente abrangidos como a educação, a saúde e as infra-estruturas. Isto evidencia o reconhecimento de que apoiar a agricultura significa alargar significativamente o papel do Estado no sentido em que haja uma diminuição liberalizada absoluta da importação, relegando a produção interna de alimentos ao pequeno empresário agrícola familiar, conhecido por pequeno camponês, e a explorações agrícolas nacionais. Se o Estado traça como objectivo estratégico eliminar ou diminuir a pobreza pela acção da agricultura está assumir a produção e produtividade da terra e do trabalho garantindo melhores condições de vida dos camponeses. De facto, apoiar a agricultura no concernente à produção de alimentos em termos de economia de mercado é harmonizar os interesses dos produtores com os objectivos gerais do Estado no sentido em que estará a garantir maior empregabilidade da sua população e concomitantemente diminuir as importações de produtos alimentares (Rela, 2005: 387-388).

Por experiência própria e através das constatações feitas nas aldeias de pesquisa, há um elemento essencial a depreender na agricultura de subsistência que é o facto de o agregado familiar se rever na actividade da propriedade na totalidade da sua cadeia: organização dos inputs, preparação da terra, sementeira, tratamento das culturas, colheita, divisão dos resultados das colheitas em parte destinada à alimentação e parte para a comercialização. Além deste conhecimento, os camponeses também sabem processar os cereais e a mandioca transformando em farinha. São experientes no maneo de animais domésticos, como o gado bovino, caprino, suíno e aves. Estes conhecimentos práticos constituem um capital da família, sendo portanto uma boa base de partida para se pensar em constituir uma empresa agrícola com perspectivas mais comerciais.

A transformação da agricultura de subsistência em comercial constitui a base do crescimento e desenvolvimento dos países ocidentais. O mesmo não se pode dizer em relação à África subsaariana, como já foi afirmado, a excepção da África do Sul, na medida em que a maior parte dos países estão limitados em termos de infra-estruturas de apoio económico e são dependentes dos países ocidentais em termos de apoio ao desenvolvimento. Estes países, incluindo Angola, passaram a ser mais mercados comerciais em detrimento de espaços produtivos, envolvendo grande parte das suas

populações, principalmente os jovens, neste modo de sobrevivência voltado para o comércio, sobretudo nas cidades.

Esta inversão de força produtiva para comercial em Angola atribui-se em parte à guerra por ter interferido nas dimensões do desenvolvimento da agro-pecuária, indicativamente por esta ordem: (i) campos minados e ressurgimentos de vegetação arbórea e arbustivas nos mesmos (ii) inoperância das vias de comunicação (iii) diminuição do efectivo bovino e outras espécies animais (iv) pouca qualidade dos instrumentos de trabalho em quantidade insuficiente (v) degeneração e exiguidade de variedades de sementes (vi) desmobilização da força camponesa e suas formas organizativas, baixa escolarização e analfabetismo (vii) falta de assistência técnica (viii) falta de solidariedade e união por parte da população jovem, falta de iniciativa e excessiva dependência externa.

Outro aspecto a considerar é o êxodo rural. O número de pessoas adultas que dominam as técnicas agro-pecuárias está a diminuir. Alguns foram para as cidades por causa da guerra e hoje têm já uma idade avançada. Por outro lado, as gerações mais novas com algum domínio desta arte ganharam outras práticas e hábitos e estão hoje indecisos entre voltar às aldeias e continuar na cidade, sendo mais frequente a última opção. A maioria mantém-se nas cidades porque alguns dos que tentaram regressar ao meio rural encontraram inúmeras dificuldades. Os que ficaram, que deveriam transmitir esta prática aos jovens, não podem fazê-lo em virtude de estarem a viver normalmente situações de instabilidade social e económica, vendo-se obrigados a migrar para zonas urbanas em busca de meios de subsistência, envolvendo-se sobretudo em actividades comerciais, acabando por aí se fixar.

Todos estes factos descritos como fraquezas acabam por ser agudizados pelo fraco diálogo nos processos de tomada de decisões sobre acções a desencadear para elevar a actividade. O camponês ainda é tratado como um mero receptor de meios, equipamentos e informações. Não se busca dele opiniões ou ideias sobre o que deve ser feito.

## **1.5. Desenvolvimento**

O conceito tem sido um elemento de muitas polémicas em ciências sociais, sobretudo em termos da sua formulação. No entanto, o substantivo “desenvolvimento” é o maior mobilizador de mudanças e transformador das sociedades e indivíduos, encontrando-se em praticamente todas as áreas disciplinares, gerando inúmeras teorias de mudança e em várias áreas traduzindo-se em práticas de intervenção.

As inúmeras matrizes de técnicas de investigação desenvolvidas e em curso neste âmbito resultam da preocupação em encontrar melhores formas de desencadear processos de desenvolvimento para inverter a pobreza. Têm sido, ao longo dos anos, desencadeadas inúmeras investigações para aprofundar o conhecimento sobre a situação da pobreza das nações, principalmente as suas causas, visando descobrir melhores fórmulas que possam contrapor a situação, tendo o desenvolvimento como o ideal.

A permanente discussão em torno das abordagens do desenvolvimento conduz à análise dos modelos keynesianismo e neoliberal que sustentam, de uma forma geral, as diversas perspectivas. Trata-se de definir políticas com vista a alcançar o desenvolvimento dos países e, agregadas a estas matrizes políticas, são desenvolvidas diversas técnicas bem como modalidades de participação na definição de políticas e estratégias de desenvolvimento. A questão da participação é várias vezes abordada pelas Nações Unidas que consideram o desenvolvimento da comunidade como um processo através do qual os esforços do próprio povo se unem com os das autoridades governamentais com o fim de melhorar as condições económicas, sociais e culturais da comunidade, integrá-la na vida nacional e capacitá-la a contribuir plenamente para o processo de desenvolvimento (Abreu e Guilherme, 1999).

O desenvolvimento pode ser analisado em três dimensões principais, em relação às quais se determinam as fraquezas e as capacidades. A primeira dimensão inclui (i) o desenvolvimento Físico/Material, que corresponde aos recursos produtivos, aos materiais e conhecimentos que existem; a segunda ao (ii) desenvolvimento Social/Organizacional, incluindo as relações entre as pessoas e o tipo de organização que existe; a dimensão do (iii) desenvolvimento Motivacional e Atitudinal, que se refere a motivações, atitudes e habilidades de criar mudanças. A integração das três dimensões implica que seja antecedida de uma análise de contexto relativamente a cada dimensão de forma a definir a dimensão prioritária.

Outros dois conceitos relacionados com o desenvolvimento são igualmente importantes para esta dissertação: Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Local. Em relação ao desenvolvimento sustentável, na sua formulação designa “o processo de satisfação de necessidades actuais que não põe em causa a satisfação de necessidades das gerações futuras” (Amaro, 2003: 56). Quanto ao desenvolvimento local, o mesmo autor define-o como:

“o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas” (Amaro, 2003: 57).

A abordagem do desenvolvimento local apoia-se no princípio de que é preciso tornar os indivíduos afectados pelos problemas sujeitos fundamentais na resolução dos mesmos, considerando as suas opiniões, buscando deles propostas de soluções para os problemas.

O próprio conceito de desenvolvimento está contido sempre em discussão. Rogério Amaro (2003) indica as principais reflexões desencadeadas durante anos, após a Segunda Guerra Mundial, sobre o desenvolvimento. Estas reflexões, instigadas pelas duas revoluções, a Industrial e a Francesa, deram corpo ao conceito de desenvolvimento, conduzindo à identificação de adjectivos que passaram a ser considerados elementos do desenvolvimento, designadamente:

- Economicismo, considerando o crescimento a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento;
- Produtivismo, considerando a produtividade, o tempo e os critérios produtivos os factores decisivos do desenvolvimento;
- Consumismo, no sentido de ser imperioso vender o que se produz, sendo portanto desenvolver-se também consumir;
- Quantitativismo, valorizando a quantidade muitas vezes em detrimento a qualidade;
- Industrialismo, visto como o centro pelo facto de ser através da industrialização que se iniciou o processo de desenvolvimento;
- Tecnologismo, no âmbito do qual se acredita no progresso tecnológico como alavanca e o motor mais potente da produtividade e do crescimento económico, sendo o pilar fundamental do desenvolvimento;
- Racionalismo, como base do conhecimento forte (a “ciência”) e da acção produtiva (a “eficiência”);
- Urbanicismo, traduzido no mito da superioridade do “urbano” sobre o “rural” e na consequente fuga para as cidades, e na adopção dos modos de vida urbanos, como símbolos de desenvolvimento;
- Antropocentrismo, colocando o homem acima dos outros seres vivos e no centro do processo do bem-estar, ainda que de forma parcial, valorizando sobretudo, ora o indivíduo (no capitalismo), ora o colectivo (no socialismo), mas esquecendo-se do homem na natureza;
- Etnocentrismo, na perspectiva eurocêntrica, interferindo e violentando todos os outros fora deste círculo;
- Uniformismo, porque, em nome da eficiência, se definiram “one best ways”, ou modelos únicos de boas práticas a imitar, no que se refere aos modelos de produção e de consumo, modos de vida, modelos culturais, sistemas políticos e ecossistemas, tentando anular a diversidade.

Estes onze adjectivos mostram-nos claramente a matriz civilizadora ocidental, em relação à qual não tem existido muita oposição, sobretudo na África, subsaariana que foi colonizada por países destas latitudes. De uma maneira geral, os africanos ao conquistarem as independências enveredaram pelos mesmos modelos de desenvolvimento, indicando concordância com estes modelos como guia para processos de desenvolvimento. A sua adopção está hoje presente em quase todas as sociedades para além do ocidente, sendo portanto o modelo de civilização de matriz judaico-cristã e de base europeia aquele que de uma maneira geral predomina.

As novas ideias de desenvolvimento fundamentam-se na liberdade, justiça e paz para todos os membros da família humana. Luís Carvalho Rodrigues (2011) refere que as soluções justas são aquelas que elevam a promoção dos valores de pacificação, o respeito pela soberania das nações, a cedência de meios que levem à sustentabilidade económica, à promoção da igualdade de género, ao respeito pelo ambiente, à melhoria das condições da saúde e da educação dos povos.

As diferentes facetas sobre o desenvolvimento, parece não terem demovido alguns países africanos, porquanto como refere Carneiro (2011), passados cerca de 50 desde que ascenderam às independências, a maioria destes países que almejavam com as independências um desenvolvimento acelerado, completo e com uma economia saudável, não alcançaram este desiderato. As guerras foram o empecilho inegável mas o problema central prende-se com o actual modelo rendeiro de desenvolvimento, ignorando o conceito de que o desenvolvimento é um processo de transformação interna, em que a disponibilidade de recursos não é mais do que uma condição necessária, mas não uma condição suficiente. A acumulação de capital e a sua conversão em meios de produção inviabiliza o desenvolvimento, inviabiliza a real implantação decisiva de relações de produção capitalista e a criação de verdadeiras burguesias nacionais autónomas, indispensáveis à ultrapassagem da lógica rendeira predominante.

Particularizando, o programa da agricultura como uma base económica que sustenta a maior parte das famílias africanas não tem sido abordado com a profundidade que merece, ou seja, não se desencadeiam programas para atacar as verdadeiras causas e as consequências mais evidentes. A título de exemplo, a VI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP – comunidade dos países de língua portuguesa – que se realizou em junho de 2006 em Bissau, na sua “resolução sobre migrações e políticas de desenvolvimento” não aprofundou as causas fundamentais em torno das migrações, de África para a Europa. Limitou-se a emitir recomendações sobre o acolhimento dos emigrantes na diáspora e as remessas e matérias que estes transferem para os países de origem (Torres, 2008). Era espectável que, ao se tratarem as políticas de desenvolvimento se discutissem as acções a empreender para evitar as migrações dos jovens para a Europa, directamente relacionadas com as condições de vida precárias nos seus países de origem.

Nesta direcção, o acordo de Cotonou de 23 de Junho de 2000 entre a Comunidade Europeia e os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, produziu uma declaração fundamentada em cinco pilares interdependentes: dimensão de política global, promoção de abordagens participativas, estratégias de desenvolvimento e concentração de cooperação económica e comercial, reforma da cooperação financeira. Este acordo levou os líderes africanos a comprometerem-se em trabalhar para erradicar a pobreza e promover um crescimento e um desenvolvimento sustentável, participando activamente na vida política e económica mundial. Neste âmbito, a erradicação da pobreza assenta sobretudo no apoio ao desenvolvimento das actividades agrícolas.

Outra questão importante relacionada com o desenvolvimento e que é pertinente aqui assinalar tem a ver com o tipo de projectos de desenvolvimento, sobretudo aqueles ligados ao apoio à agricultura. A experiência que adquiri na qualidade de técnico pela Care Internacional, uma ONG que trabalha com as comunidades rurais, permitiu reflectir sobre as metodologias para ajudar as comunidades a definirem as suas prioridades de desenvolvimento. Antes de se tomarem decisões fazia-se primeiro uma reflexão sobre alguns critérios previamente estabelecidos, por exemplo: (i) considerar aqueles projectos que têm efeito multiplicador; (ii) aqueles projectos que atendem os problemas específicos e

afectam uma determinada franja social ou comunidade; (iii) e os projectos que abrangem um número significativo de famílias. Ou seja, é hoje amplamente reconhecida a necessidade de abordar o desenvolvimento de uma forma contextualizada e informada, tendo em conta as especificidades locais.

Finalmente, no âmbito da análise do desenvolvimento local em Angola, há que ter em conta a estreita ligação entre o desenvolvimento e a educação. O Banco Mundial valoriza a escolarização afirmando que com ela se promove o desenvolvimento social, a coesão da sociedade e a promoção individual, os seus efeitos circunstanciam o poder de argumentar e o interesse pela participação (Borges, 2003). Estes valores funcionam como uma bola de neve sendo por isso relevante referi-la nesta tese acreditando que uma das saídas para melhorar os modos de vida de subsistência passa pela educação. Quem dela se apropria, melhora as suas convicções sociopolíticas concorrente para o exercício da democracia, concorre para uma maior possibilidade de aprendizagem das tecnologias de produção. No caso das mulheres, o facto de elas terem o papel de educadoras melhora a inserção das crianças no sistema de ensino, permitindo também um melhor acompanhamento no crescimento e desenvolvimento de capacidades.

## **1.6. Metodologia**

O estudo resulta do aprofundamento de conhecimentos através da conclusão da parte curricular do curso de mestrado em Estudos Africanos, durante a qual as várias disciplinas propiciaram conhecimentos das teorias e perspectivas dos domínios social, económico, político, bem como das metodologias de investigação científica e pesquisa de terreno.

À aprendizagem teórica, seguiu-se a determinação do objecto e objectivos da dissertação e a realização de trabalho de campo.

A pesquisa de terreno privilegiou os métodos qualitativos, embora se tenha apoiado num amplo trabalho de inquérito quantitativo na área estudada.

Em termos da vertente qualitativa, o recurso a uma metodologia participativa conjugada com contactos com as autoridades locais do município e aldeias onde se realizou a pesquisa de terreno e o envolvimento de estudantes do pólo universitário da região no trabalho de campo – incluindo a apresentação dos inquiridores aos sobas, securos, líderes religiosos e outras personalidades reconhecidas pelas populações – propiciou uma aproximação às realidades locais, aos indivíduos conhecedores das suas localidades, dando oportunidade de participação a todos os estratos sociais, homens, mulheres, jovens e adultos, idosos, etc. O método participativo possibilita atingir um acordo negociado entre todas as partes interessadas, integrando perspectivas diferentes num plano com uma maior coerência lógica. É também por esta via que melhor são utilizados os recursos disponíveis buscando consensos para definir as prioridades (Schiefer *et al*, 2006: 27).

O método permitiu igualmente conhecer melhor os recursos naturais existentes, os serviços sociais, a organização das aldeias, as vias de acessos, entre outros aspectos. As próprias comunidades definiram por isso as opções e prioridades relativas ao desenvolvimento local.

A metodologia qualitativa baseou-se na necessidade de recolher informações subjacentes à antropologia das populações rurais destes assentamentos. Através da etnografia avalia-se os costumes, a cultura e a vida (Melo, 1982: 40). Este aspecto revela-se pertinente pelo facto de a população em estudo ter sido bastante afectada pela guerra ocorrida no país, que a confinou ao meio rural, onde as oportunidades de melhorar a vida eram ínfimas, estando impedidos de conhecer outras realidades.

O questionário, por outro lado, foi o principal instrumento de recolha de dados, auxiliado pela aplicação de outras metodologias complementares como mapeamentos/registo GPS, elaboração de calendários sazonais ou de rotinas diárias. O questionário (ver Anexo I) incluiu perguntas na sua maioria fechadas, focadas na obtenção de informações sobre os meios e modos de vida do agregado familiar, informações de base relativas ao agregado familiar, entre outras.

Antes do trabalho de campo já estavam definidas as localidades da pesquisa, as quatro aldeias de Chitembo (Liazemba, Tuia, Kankuikui e Kamue), na província do Bié. Esta definição foi feita no âmbito do projecto acima referido, The Future Okavango (TFO), no qual se inseriu esta pesquisa. O projecto inclui um conjunto de vertentes multidisciplinares de análise e envolve múltiplas instituições de investigação, concentrando-se sobre a bacia do Okavango partilhada entre Angola, a Namíbia e o Botswana<sup>1</sup>. O enfoque do sub-projecto SP06, onde se incluiu a pesquisa quantitativa, é a análise dos meios e modos de vida das populações locais e a sua relação com o ecossistema. A pesquisa individual no âmbito do mestrado estende-se complementarmente às questões do desenvolvimento local.

O consentimento das autoridades governativas e tradicionais para realizar a pesquisa nesta região foi inicialmente negociado pela Universidade de Hamburgo que realiza estudos na região há algum tempo no âmbito do projecto TFO e apoiado pela credenciação dada ao mestrando pelo ISCTE-IUL.

Para aferir as hipóteses deste trabalho, desencadeou-se o trabalho de campo para recolha de evidências no período de 8 a 28 de Julho de 2012 nas quatro aldeias, abrangendo com o questionário 237 chefes de família, correspondendo a 99% dos indivíduos com este estatuto nas quatro aldeias. O trabalho de levantamento de dados no campo envolveu não apenas o mestrando mas também três estudantes do pólo universitário de Menongue que foram orientados pelo investigador da Universidade de Hamburgo sobre a aplicação do questionário e sobre o registo GPS.

A recolha de dados no terreno permitiu averiguar a carga de trabalho das famílias na medida em que coincidiu com o calendário económico da região menos intensivo, em que a época é reservada para a conclusão das colheitas e para a realização de manifestações culturais (rituais de iniciação, casamentos, caça, reparação de residências).

O GPS, o relógio e a máquina fotográfica foram os equipamentos que auxiliaram o investigador na recolha de dados. Após cada jornada de trabalho de campo sob liderança do mestrando, realizaram-se pequenos encontros para conferir as fichas de inquérito, identificando situações para correcção no dia

---

<sup>1</sup> <http://www.future-okavango.org>

seguinte. Além destes aspectos, partilharam-se as questões que chamaram à atenção durante o dia de trabalho.

Em muitas ocasiões recorreu-se à tradução que foi feita pelos moradores que entendem o português e o traduziram para a língua tchokwé. Para os inquiridos que entediam umbundo e nganguela não foi necessário recorrer à tradução porque os estudantes e o mestrando falam estas línguas.

Terminado o trabalho de inquérito, os boletins foram enviados para a Universidade de Hamburgo onde foram compilados e tratados informaticamente e posteriormente devolvidos os dados ao mestrando para produção da tese.

Em conformidade com o tema de dissertação, o mestrando procedeu à análise dos dados relacionados com a sua pesquisa, concebendo quadros analíticos sobre as questões sociais do agregado familiar, actividades produtivas, actividades de rendimento, campos de cultivo, propriedade da família em animais, actividades de subsistência pela recollecção.



## CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE ESTUDO

### 2.1. Angola e a zona do Bié

A caracterização geográfica, social, cultural e económica nesta dissertação obedece a um formato em funil, iniciando-se pelos aspectos gerais de Angola, subseqüentemente da província, a seguir do município e por fim das aldeias onde decorreu o estudo.

A descrição mais detalhada dos aspectos físicos da região está directamente relacionada com a abordagem do desenvolvimento local em termos da importância das actividades agrícolas e pecuárias, tendo em conta que a humanidade sempre foi dependente dos serviços prestados pela biosfera e pelos seus ecossistemas (Ribeiro, 2012: 8).

Angola localiza-se geograficamente na África subsaariana, na sua parte austral (entre os paralelos 4°22' e 18°02' Sul e os meridianos 11°41' e 24°05' Leste), ou seja, numa zona intertropical e subtropical do hemisfério Sul, influenciada pela corrente fria de Benguela, que determinam ter duas estações climáticas (seca e das chuvas, de Setembro a Abril e de Maio a Setembro, respectivamente). Trata-se de um clima diversificado, desde o tropical no Norte e subtropical e desértico no Sul, sendo temperado no interior de maior altitude. Ocupa uma superfície de 1.246.700 km<sup>2</sup>.

Geomorfologicamente distinguem-se seis grandes unidades: a faixa litoral, a zona de transição para o interior, a cadeia marginal de montanhas, o planalto antigo, a bacia do Zaire e a bacia do Zambeze e Cubango (Junta de Investigação do Ultramar, 1968). As bacias hidrográficas ocupam 60% do território. Os principais rios do país surgem do planalto central e correm em três direcções: o Atlântico (E-O), Sul-Sudeste e Norte. As grandes bacias hidrográficas são cinco e correspondem aos rios Congo (Zaire), Kwanza, Cunene, Cubango e Queve. A bacia do Cubango, a mesma que a do Zambeze, corresponde ao Okavango, em inglês.

O solo, elemento de valor indiscutível no campo económico e agrícola, constitui-se como recurso indispensável para a subsistências das famílias e conseqüentemente para o desenvolvimento local. Angola divide-se m 18 província e 140 municípios. A província do Bié localiza-se, no centro de Angola (entre 10°34'5" e 14°8 Sul e 15°42' e 16°13'5" Este), fazendo fronteira com sete províncias: a Norte, a Lunda Sul, Malange e Cuanza Sul; a Sul, o Kuando Kubango; a Este, o Moxico e a Oeste, a Huíla e o Huambo. A província dista 165 km da província do Huambo e 709 km da província de Luanda. Cobre uma área de 7.314 km<sup>2</sup> e possui uma população aproximada de 1.794.000 habitantes. A província divide-se administrativamente em nove municípios: o Andulo, Camacupa, Catabola, Chinguar, Chitembo, Cuemba, Cunhinga, Cuíto e Nharea. A capital da província é a cidade do Cuíto.

**Figura 2.1.** Mapa de Angola



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bié>

O rio Kwanza nasce nesta província, como o fazem a maioria dos rios do país, resultante da altitude da região que possui em média 1.600 m de altura e uma precipitação de 600 a 500 mm<sup>3</sup> por ano, assumindo assim o atributo de região potencialmente hídrica. O seu clima é tropical de altitude caracterizado por ser húmido e quente, sendo que as temperaturas máximas variam entre os 19° C e os 21° C nas épocas da estação chuvosa e as mínimas entre 2° C e 10° C graus nos meses de maior frio. O sector agrícola é também privilegiado pelos solos agrícolas férteis, particularmente os que se encontram nas margens dos rios, dando-lhes um potencial agrícola comprovado desde o passado colonial para as culturas de feijão, milho, arroz, mandioca, café arábica, horticultura, frutícolas essencialmente os citrinos e criação de animais de pequeno porte. A estas associam-se as actividades complementares como a pesca continental, a caça, a apicultura e a recolção de frutos e insectos.

As técnicas agrícolas aplicadas são na sua maioria de subsistência usando equipamentos rudimentais ou de pouca eficácia técnica.

## **2.2. Município de Chitembo**

Geograficamente, o município de Chitembo (13°40'41''Sul e 16°46'42''Este) faz fronteira com as províncias do Huambo, Huíla, Kuando Kubango e Moxico, situando-se numa elevação de 1.609 m. Está situado a Sul do Cuíto, capital da província do Bié e é o mais extenso da província com uma superfície de 20 km<sup>2</sup>. Compreende seis comunas: Sede (2.150 km<sup>2</sup>); Cachingues (2.600 km<sup>2</sup>); Mumbue (2.800 km<sup>2</sup>); Malengue (3.485 km<sup>2</sup>); Soma Kwanza (4.400 km<sup>2</sup>), Mutumbo (3.950 km<sup>2</sup>). Nesta mesma sequência, localizam-se assentamentos humanos caracterizados por bairros e aldeias. A densidade populacional é de cinco habitantes por km<sup>2</sup>.

**Quadro 2.1.** Distribuição da população no município

Localidades	Bairros e aldeias	Porcentagem de população
Sede	65	46%
Cachingues	53	16%
Mumbue	47	22%
Malengue	17	7%
Soma Kwanza	12	4%
Mutumbo	15	4%
Total (2011)		99.745

**Fonte:** Administração de Chitembo, 2009, no período da elaboração do perfil deste município.

A sede dispõe de infra-estruturas sociais e económicas em maior quantidade e qualidade em relação às comunas e aldeias. O hospital geral dispõe de alguns serviços conduzidos por médicos vietnamitas e ucranianos. Existem escolas do ensino primário, 1º e 2º ciclo.

A denominação Chitembo data de 1422, quando o fundador Muini-Ndumbo chegou a esta região. Na época o povo vivia em tribos, chefiadas por um mais velho responsável por manter a defesa do seu povo. Cabia-lhe também a responsabilidade de distribuir terras para o cultivo porque a actividade agrícola era a principal. No fim das colheitas, os habitantes eram obrigados entregar uma parte do produto ao chefe. Viviam igualmente da caça, pesca e recollecção. Na distribuição de actividades distinguia-se as destinadas às mulheres e aos dos homens. O comércio consistia na troca de produtos dos excedentes entre povos vizinhos. Convivem na região três grupos étnicos distintos: Tchokwé, Nganguelas e Umbundos. Por motivos do trabalho agrícola, as populações dispõem de duas habitações, uma na aldeia outra nos campos de cultivo, que se situam normalmente a menos de cerca de 10 km e para os quais se deslocam durante a época chuvosa, levando também as crianças. Algumas vezes, as crianças retornam à aldeia para frequentar as aulas, embora algumas famílias não o façam (Administração Municipal de Chitembo, 2009). Existe ainda o hábito de instalar próximo das casas pequenas hortas devidamente cercadas e protegidas das galinhas, porcos e cabritos que muitas famílias criam.

O passado histórico de guerra desta região, que foi bastante afectada, obrigou o Governo a exigir às populações que construíssem as aldeias ao longo da estrada principal que parte do Kuando Kubango em direcção ao Cuíto.

No município nascem os rios Kubango e Cuíto que desembocam no maior delta da região, o Delta do Okavango, no Bostwana. Também passa pelo município o rio Cuchi na parte ocidental, afluente do rio Kubango, do qual nasce o rio Kwanza e o rio Cacuchi na parte oriental. As águas dos rios no seu percurso do Norte para o Sul transportam materiais aluviais depositando sedimentos nas baixas, tornando os seus solos hidromórficos. É nestes locais que a agricultura pode ser um potencial. Em oposição, os solos dos altos sofreram bastante lixiviação perdendo os minerais ferralíticos devido ao relevo de pendor inclinado (Abdelli e Jouen, 2013). A vegetação da região é do tipo savana alta onde a floresta é dispersa do tipo mosaico, permitindo circular nela facilmente. Ao longo do percurso dos rios

a vegetação é densa, assim como em lugares altos, sobretudo em terrenos onde não se cultiva há vários anos. Algumas áreas das baixas com extensas superfícies não estão cultivadas. É comum observar-se nos meses de Julho e Agosto queimadas nas lavras, destruindo a palha do milho e a floresta, queimando o capinzal, as árvores e arbustos para preparar novas campanhas agrícolas, abrindo novas lavras. As queimadas são utilizadas também como estratégia para a caça e recollecção. Para a caça, enquanto queimam de um lado afugentam os animais para o outro lado onde estão os caçadores.

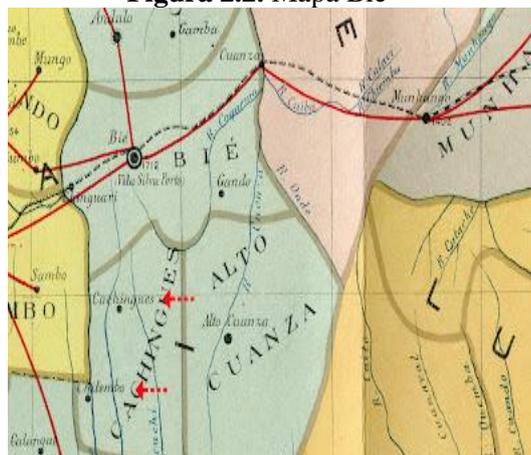
A recollecção fundamenta-se na extracção do mel e a actividade pecuária é bastante limitada à criação de animais de pequeno porte, não sendo muito comum observar manadas de bovinos.

A EDA – Estação de Desenvolvimento Agrário, é uma instituição de nível municipal que se desmembra ao nível comunal em CDA – Centros de Desenvolvimento Agrário. O atributo principal delas consiste na assistência organizativa e técnico-material aos camponeses organizados em associações ou não. São de capital importância dado o facto de a população ter a actividade agrícola como o principal meio de subsistência.

### 2.3. O local de estudo

O local de estudo agrupa quatro aldeias – Liazemba, Kankuikui, Tuia e Kamue – localizadas em dois perímetros separados pela estrada nacional. As aldeias ( $13^{\circ}35'7''$  Sul e  $16^{\circ}53'11''$  Este) situam-se a 20 Km a Sul da sede de Chitembo. A estrada entre elas estende-se da capital da província do Bié, da sede capital o Cuíto. Na direcção Noroeste para Sudeste entronca com a estrada que vai em direcção à capital da província do Kuando Kubango, Menongue, e para a província do Huambo.

**Figura 2.2.** Mapa Bié



**Figura 2.3.** Estrada nacional do Noroeste da capital Cuíto (Bié) em Direcção a Sudeste, capital do Kuando Kubango (Menongue)



**Legenda:** Estrada asfaltada divide as aldeias, duas do lado esquerdo e duas do lado direito

**Figura 2.4.** As quatro aldeias numa mesma paisagem.



Atravessam estas localidades dois rios, o Cacuchi e Cusseque, ambos de caudal permanente. Na estação chuvosa observam-se várias linhas de água que permanecem por vários meses, tornando vastas extensões de terra húmidas durante todo o ano, permitindo aos moradores encontrarem água a pouca profundidade.

A população é maioritariamente da etnia tchokwé, secundada pelas etnias, nganguela e umbundo, como se constatou durante o trabalho de campo. A população é estimada em 1.318 pessoas com base no levantamento feito aos 237 agregados.

No concernente a infra-estruturas sociais, a comunidade dispõe de um escola primária e um posto médico que servem as quatro aldeias. Observa-se em alguns cantos dos bairros barracas onde se vendem alguns produtos industriais como doces, gasosas, bebidas alcoólicas e bebidas fermentadas de produção doméstica (aguardente e “bulunga”). Existe um local onde os moradores vendem alguns produtos locais nos períodos da tarde, ou pontualmente fardos de roupa, sapatos e alguns utensílios domésticos, trazidos por comerciantes de fora, que são vendidos ou trocados por produtos em espécie, geralmente pela fuba de mandioca e pelo milho. A venda dos produtos agrícolas é feita normalmente a

intermediários que vivem nos centros urbanos, detentores de motorizadas, que pelas madrugadas circulam até as aldeias e lavras interpelando os camponeses para venderem os produtos agrícolas e negociando quanto querem pagar. Grande parte dos agricultores é obrigada a aceitar porque não possui meios de fazer chegar os produtos aos centros de comércio, onde obteria melhores preços.

Os longos anos de guerra empobreceram as famílias de instrumentos de trabalho, sementes e utensílios domésticos, incluindo a capacidade financeira das famílias. Com a paz, o mercado de vendas dos bens citados emergiu, mas o seu abastecimento depende do mercado externo que os fabrica. Os meios de produção são de baixa qualidade, quer na tipologia como em termos de materiais utilizados para a sua fabricação, tornando-se pouco duradouros e levando as famílias a adquirir novos instrumentos a cada campanha, tornando-as mais vulneráveis. As sementes, que assumem aqui uma influência primordial, foram perdidas por vários motivos (as sementes genuínas) e as que aparecem no mercado geralmente são híbridas e degeneram-se de ano para ano. A esta fraqueza juntam-se as questões tecnológicas de produção, nas diferentes etapas do ciclo de produção agrícola. As técnicas de produção em uso são arcaicas devido aos equipamentos que os agricultores utilizam e as suas práticas empíricas ancestrais são pouco rentáveis.

As populações utilizam ainda as terras de forma dispersa de acordo os seus parâmetros costumeiros. Por outro lado, a localização das aldeias na bacia do Okavango, uma área alvo de projectos de requalificação no âmbito do projecto de gestão transfronteiriça, não garante no longo prazo o direito à utilização da terra sem que sejam impostas limitações.

#### **2.4. História agrária profundamente afectada pela guerra**

O ramo agro-pecuário inclui as principais actividades praticadas pela população angolana e pelos colonizadores antes de 1975. Houve um crescimento entre 1961 e 1974, fruto de mudanças estruturais introduzidas pelo império português na colónia, que se traduziu no aumento de investimentos em infra-estruturas económicas, transportes, comunicações, indústrias extractivas e indústrias transformadoras (Torres, 1983). Com a independência, as fazendas dos colonos foram desmanteladas com saques e destruição de infra-estruturas e equipamentos. Simultaneamente foi feita a nacionalização da maior parte das propriedades que passaram a ser geridas como empresas de utilidade pública.

Angola viveu uma guerra civil de 1975 a 2002. Durante este período a sua actividade económica foi bastante restrita em certas localidades e a insegurança não permitia um investimento mais sustentado em qualquer das áreas. Os camponeses, actores principais da actividade agrícola, ou ficaram confinados nas zonas rurais controladas pela UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) ou próximos das vilas e cidades controladas pelo Governo. Este condicionamento colocou logo em 1983 as reservas alimentares de Angola em situações insustentáveis.

Face à situação, o Governo foi obrigado a desencadear um processo produtivo agrícola nas localidades com certa segurança militar, criando as EDA. A extensão rural exerceu um papel

mobilizador das comunidades introduzindo novas sementes e técnicas. Os resultados eram encaminhados às lojas do povo e mediante os cartões de trabalho, os operários adquiriam estes produtos. As pessoas dependiam da distribuição ou disponibilização para compra de bens básicos como alimentos, vestuário, utensílios domésticos e inputs agrícolas, que geralmente eram subvencionados, vendidos a preços baixos ou mesmo distribuídos gratuitamente. Nesta fase dominou igualmente a criação de associações e sindicatos de acordo os diversos sectores. As associações de camponeses ou cooperativas agro-pecuárias eram as mais comuns. As famílias camponesas que actuavam de forma individual foram integradas em regimes de associativismo, sendo obrigadas a trabalhar em campos colectivos e a entregar a produção às cooperativas, recebendo em contrapartida produtos industriais como óleo vegetal, sabão, sal, arroz, fardos de roupa.

Esta situação interventiva do Governo de distribuir gratuitamente os bens às pessoas sem considerar as suas contrapartidas continua a ter efeitos negativos no seio das comunidades até hoje, ficando a ideia de que tudo é dado pelo Governo, que é grátis, e que as cláusulas de contratos celebrados podem não ser honradas porque não há nenhuma penalização.

Relativamente ao modo de governação da UNITA das localidades sob seu controlo, a economia era sobretudo de guerra. As poucas colheitas que as populações conseguiam eram divididas com os militares de forma voluntária ou obrigatória. Havia casos de açambarcamento dos campos de cultivo por parte dos militares da UNITA e grupo de populares que os auxiliavam. Os outros produtos eram adquiridos no mercado informal nas zonas sob controlo do Governo. Na realidade a UNITA não desenvolveu uma estrutura económica real para sustentar as populações sob seu controlo.

No período compreendido entre 1992-2002, a guerra tornou-se mais intensa, não permitindo manter intactas as estruturas e sistemas organizacionais construídos na era colonial e pós independência. As principais fábricas, pontes, caminhos-de-ferro e estradas ficaram inoperantes, os campos de cultivo na sua maioria minados, a cadeia de comercialização foi inviabilizada. Aumentou drasticamente o êxodo rural, sobretudo dos jovens desanimados com a actividade agrícola. Socialmente, a guerra afectou pelo menos quatro gerações, provocando um efeito cumulativo de pobreza e falta de meios materiais e imateriais para desenvolver a agricultura.

O período de 2002 à actualidade permitiu a projecção para o desenvolvimento de Angola. Uma semana após o cessar-fogo, o Governo lançou um mega programa de reabilitação das infra-estruturas principais em toda a dimensão do território nacional, com destaque para as estradas nacionais, reabilitação e construção das escolas de diferentes níveis de escolarização em todo o território nacional, hospitais, centros de saúde e postos médicos. No domínio económico, relançou a indústria de construção e comercialização dos seus produtos. No domínio da agricultura foram lançados vários programas ligados à distribuição e venda de inputs agrícolas, nomeadamente fertilizantes, enxadas, catanas e sementes hortícolas. Contudo, as quantidades disponibilizadas foram sempre exíguas, levando à inflação dos preços devido à escassez no mercado, o que não é até hoje comportável com o nível económico das famílias camponesas. Por exemplo, um saco de adubo de 50kg (composto 12-24-

12) custa 5.000.00 Kz equivalente a 50 dólares. Para adubar um hectare de terra são precisos 300kgs, apenas deste fertilizante, montantes que os camponeses não detêm. Recentemente, Jelembi<sup>2</sup> questionou as preocupações levantadas pelo Governo em diversificar a economia, quando na realidade a aposta na agricultura é complexada, fundamentalmente na agricultura familiar e se assiste a um decréscimo do peso da agricultura.

## **2.5. Perspectivas políticas do desenvolvimento agrícola**

Angola possui uma democracia emergente. Os partidos actuais integram pessoas que tiveram laços fortes nos partidos que se guerrearam ao longo de quase 30 anos.

O MPLA, na era social comunista (1975-1992), considerava a agricultura como a base do desenvolvimento e a indústria o factor decisivo deste desenvolvimento. Neste período, os ministros do sector pertenciam à mais alta hierarquia do partido, demonstrando como o sector era muito importante. Estes responsáveis tinham poder e dispunham de recursos, apoiavam o movimento associativo e cooperativo em que se inseriam as famílias camponesas, a produção era abundante. Anualmente realizavam-se conferências de camponeses, de nível municipal, provincial e nacional sob a alçada da UNACA (União Nacional dos Camponeses Angolanos). As EDA dispunham de técnicos e meios para prestar assistência técnica aos camponeses; havia a exigência de os técnicos estarem nas suas áreas de forma integral.

Em 1992, Angola mudou-se para um regime social-democrata, tendo emergido a economia de mercado, o comércio informal e formal, interferindo negativamente na dinâmica anterior. Antes de 1992 (1990) e até 1994, para garantir a transição do anterior sistema para a economia neoliberal, o Ministério da Agricultura implementou um programa piloto de extensão rural financiado pela UE. A sua estrutura organizativa dispunha de uma composição multisectorial (agricultura, saúde, educação, obras públicas e outras) na perspectiva de assegurar que as dinâmicas a serem propostas nas zonas rurais considerassem todas as áreas sectoriais indispensáveis numa comunidade rural. Foi uma tentativa de revitalização que estava a dar resultados. Como foi dito anteriormente, a institucionalização das EDAs com um pendor forte de extensão rural e uma disponibilização regular dos inputs agrícolas. Os resultados foram bastante animadores.

A guerra de 1992 a 2002 teve muitas interferências, gerou muita instabilidade no funcionamento do Estado. Se por um lado se buscava implantar uma economia de mercado, o Governo que tinha a missão de fazer o devido acompanhamento teve de dar prioridade às questões de defesa nacional. Desta forma, a economia construiu o seu próprio formato, quase sem regras, sendo neste período que

---

<sup>2</sup> Berlarmino Jelembi, Director Geral da ADRA, apresentou o tema “Gestão e Fiscalização do Orçamento Geral do Estado (OGE)” dentro do painel “A Fiscalização e o Controlo Parlamentar, Desafios e Constrangimentos” nas primeiras jornadas parlamentares do primeiro ano legislativo da terceira legislatura da CASA-CE (Uíge, Angola, Setembro 2013).

nascem os mercados informais. A competição tornou-se desleal entre o comércio e o sector produtivo primário e o secundário nacionais, a desfavor dos dois últimos. O sector dos petróleos e minerais tornou-se o mais importante para assegurar a guerra e garantir o mínimo de subsistência das populações levando à redução drástica da actividade produtiva agrícola. Consequentemente elevaram-se as importações dos bens alimentares agro-pecuários e industrias. Ou seja, transformou-se radicalmente a relevância que se dava ao sector agrícola, ao operário e ao camponês, às áreas produtivas do sector agro-pecuário.

Com a assinatura dos acordos de paz em 2002, o Governo viu-se obrigado a lançar vários programas de apoio ao desenvolvimento entre eles os agrícolas, para atenuar as consequências herdadas das quatro décadas de guerra com primazia no meio rural e para os grupos sociais mais afectados. Participaram nestes programas os sectores do Governo, as unidades das Nações Unidas (PNUD, PAAM, UNICEF, FAO), as ONGS nacionais e internacionais e o sector privado.

Os ex-militares foram contemplados com o programa PGDR – Programa Geral de Desmobilização e Reintegração Social – que permitiu o seu reencontro com os seus familiares e garantir alguma inserção profissional e com ela o rendimento económico. O pacote de bens distribuídos pelo programa foram os kits para agricultura, serralharia, sapataria, pedreiro, mecânica desde 2006 até aos dias de hoje.

Na sequência deste projecto, também foi implementada em 2008 a implantação de lojas dedicadas à comercialização da produção local, conhecidas por Nosso Super. Trata-se de lojas de venda de bens agro-pecuários, bens industriais e diversos de modo a corrigirem a desestruturação do comércio que se verificava na altura, quer do sector informal como do sector formal público ou privado. Visava também alavancar a produção agro-pecuária e industrial que se encontrava estagnada. As lojas foram implantadas em todas as capitais das províncias com a recomendação de se abastecerem de produtos nacionais agro-pecuários e industriais oriundos das zonas rurais da região, desde que fossem de qualidade. Exigia-se que os preços praticados localmente fossem atractivos, sendo para isso determinado que deveriam ser modestos para permitir às populações com salário mínimo ter acesso aos mesmos. Contudo, estando Angola inserida num mercado livre, o mercado regulou-se por si e a concorrência não permitiu atingir este objectivo, de tal forma que os produtores locais e os consumidores com menos rendimentos não conseguiram beneficiar do mesmo, levando à estagnação deste projecto em 2010. Em 2012 ele foi reactivado com o mesmo propósito e com novas medidas.

O insucesso do programa anterior em parte deve-se à pouca capacidade dos produtores agro-pecuários de responder à demanda de produção para abastecer as lojas criadas porque estavam desprovidos de condições financeiras para se equiparem de inputs e tecnologia apropriados. Houve nesta altura a necessidade de implementar o programa de Crédito de Campanha Agrícola em 2011. Infelizmente, também este programa teve vários estrangulamentos, referido no jornal “Nova Gazeta” (Zangui, 2014), na medida em que as modalidades de atribuição do crédito dividiam opiniões entre os agricultores e os bancos.

A ideia de reforçar o crédito manteve-se, porque continua a ser a saída para recuperar a pequena economia familiar. Desta vez, abrange não apenas no domínio agrícola mas também para outras áreas económicas das famílias. O novo programa chama-se BUE – Balcão Único do Empreendedor, implementado desde 2012. Inicialmente fez-se apelo aos interessados de forma massiva e a aderência foi tão grande que não foi possível atender todos. Muitos dos beneficiados não reuniam requisitos, o que colocou em causa o reembolso, obrigando os responsáveis do projecto reanalisar o processo. Este programa mostrou-se ineficaz porque não se teve o cuidado de averiguar a viabilidade dos microprojectos submetidos e a idoneidade dos seus proponentes, levando a que se tomasse a decisão de suspensão para melhorar as modalidades do seu funcionamento.

Em 2012, por força dos resultados das eleições deste período, para ensaiar o processo de desconcentração incluindo a financeira, iniciou-se o PMICPDR – Programa Municipal Integrado de Combate a Pobreza e Desenvolvimento Rural. É um programa que procura implementar várias acções numa perspectiva multidisciplinar. Na realidade, o maior investimento é aplicado nas infra-estruturas sociais em detrimento das outras áreas, penalizando as acções agro-pecuárias. No domínio da saúde está em implementação o programa de municipalização dos serviços de saúde e as populações beneficiam dele de forma gratuita, pese embora o acesso aos medicamentos seja reservado aos doentes internados sendo passadas receitas aos restantes para os adquirirem nas farmácias.

Fazendo jus aos programas acima mencionados e à constatação de que se regista um aumento significativo da produção agrícola, visível nos mercados paralelos e ao longo das principais estradas, foi iniciado em 2013 o PAPAGRO 2013 – Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários.

Para além destes programas existem outros programas com investimentos maiores destinados aos empresários. Apesar de as informações e fundos serem bastante reservados, uma minoria consegue aceder a estes recursos.

Todos os projectos referidos, tantos os públicos como os privados, estão cheios de boas intenções. Contudo, questiona-se a sua funcionalidade considerando a eficácia e a eficiência dos mesmos uma vez que se assistiram a paralisações, restabelecimentos e fechos de projectos ao longo dos últimos anos. Em muitos casos, a falta de efectividade é atribuída aos fracos processos de monitorização, avaliação e articulação entre os diferentes sectores na sua implementação. Não existe, de uma forma geral, uma conexão entre os sectores, registando-se uma compartimentação das acções. Por outro lado, os produtos agro-pecuários importados são mais baratos em relação aos produtos nacionais, mesmo com o agravamento das taxas aduaneiras.

A sociedade civil angolana, nomeadamente a ONG ADRA, a AIA (Associação Industrial de Angola) e a UNACA (União Nacional dos Camponeses Angolanos) têm-se debruçado sobre as necessidades de reestruturação do sector agrícola. O assunto é de extrema importância e deve ser visto em várias dimensões, desde o político, as infra-estruturas e o técnico.

Por outro lado, a reflexão contínua sobre o desenvolvimento aponta para uma aposta sistemática na melhoria das condições de produção agrícola como forma de fazer face à pobreza. T. S. Jayne (2001), refere que

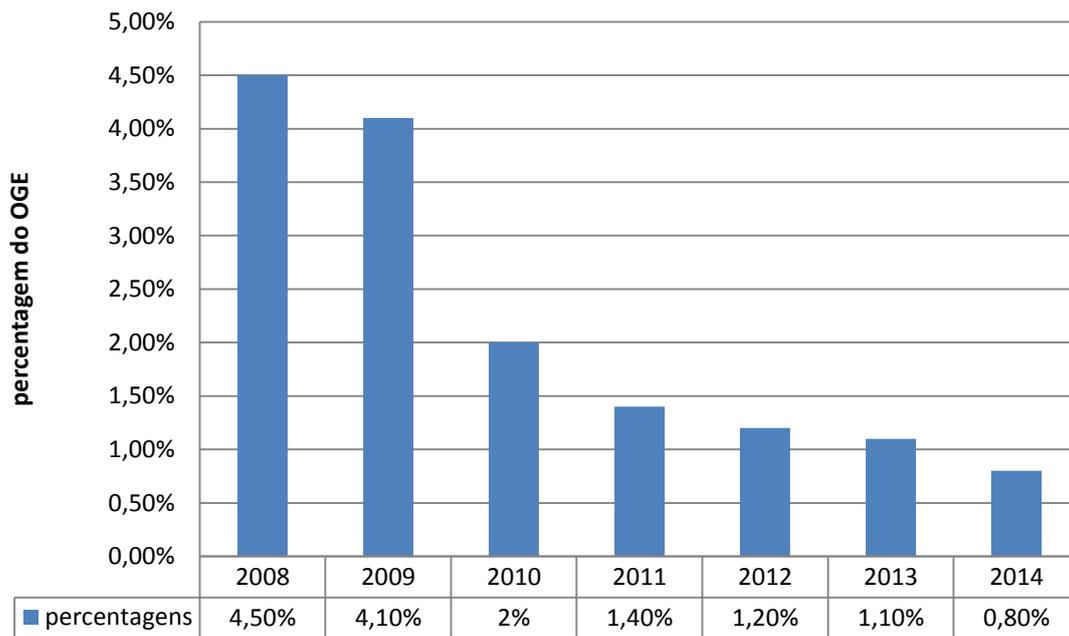
“na maioria dos países, o crescimento sustentável dos rendimentos dos segmentos mais pobres da população rural depende do crescimento agrícola. Para tal, parece ser necessário melhorar o acesso aos bens básicos como a terra e a educação” (citado por Negrão, 2002).

Em termos políticos, os partidos têm a responsabilidade de construir visões e políticas que imanem um desejo de contribuir para o desenvolvimento dos países e dos cidadãos dos seus países; são instrumentos mobilizadores de pessoas. Este aspecto foi abordado em 2013 na conferência sobre o “Papel dos Partidos Políticos sobre a Governação dos Recursos Naturais na África Austral” em Harare, em que Angola participou.

Os resultados das análises feitas aos manifestos eleitorais dos três partidos sobre as questões da agro-pecuária revelam diferentes posições. A UNITA, o segundo maior partido, no seu manifesto eleitoral (UNITA, 2012: 23) considerou o combate à pobreza como uma prioridade, propondo a massificação da agricultura e especialmente do agronegócio, mas não mencionou metas, indicadores ou estratégias. A CASA-CE, no seu manifesto, refere o investimento na promoção da economia de todos os angolanos mas não refere a agricultura. O MPLA, no seu manifesto eleitoral (MPLA, 2012: 53), reconhece que a agricultura e a pecuária são propulsoras do emprego, crescimento económico e estabilização das populações no meio rural. As estratégias enumeradas centram-se na promoção da agricultura familiar camponesa, na produção de bens alimentares, reabilitação de infra-estruturas de apoio à actividade produtiva, implantação da linha de crédito agrícola, às associações e cooperativas, pequenos e médios produtores, promoção do comércio rural. Sublinha a necessidade de reforçar a acção da extensão rural para aumentar a capacidade produtiva dos camponeses.

Considerando as propostas da sociedade civil evocando a necessidade da estruturação da agricultura e fazendo jus dos elementos da proposta do MPLA, os tópicos propostos pela UNITA e CASA-CE, vale a pena considerar estas propostas na reestruturação da agricultura para remover os constrangimentos existentes.

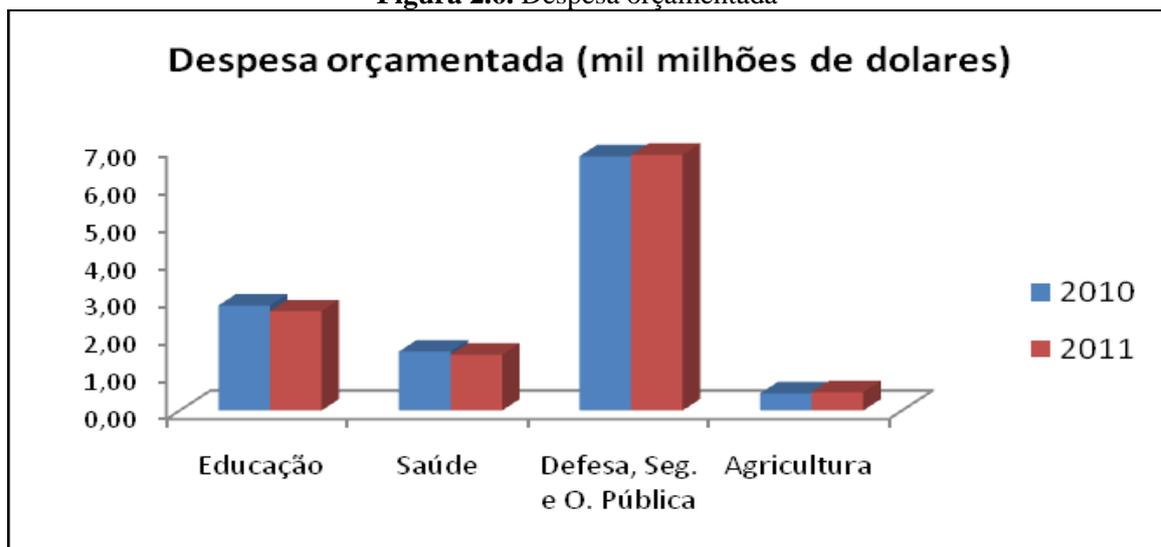
**Figura 2.5.** Cronologia do OGE para a Agricultura



Fonte: Pacheco, 2014

O gráfico, que representa a distribuição do apoio ao sector agrícola no Orçamento Geral do Estado em contexto de paz, revela a diminuição progressiva das percentagens quando era pressuposto disponibilizar mais verbas para este sector. Explicações possíveis para esta diminuição relacionam-se com a falta de quórum suficiente dentro do quadro do poder governativo quanto às questões agro-pecuárias; o facto de os projectos financiados do sector não terem vindo a surtir os efeitos preconizados; as verbas destinadas ao sector terem sido deslocadas para outros sectores; mudança de opção, da produção para a importação de produtos, provavelmente devido às vantagens em termos de custos; o facto de a actividade ter sido amplamente relegada à iniciativa privada ou individual, diminuindo o papel do Estado; o facto de os camponeses reclamarem pouco sobre as suas necessidades de apoio; e finalmente, devido ao constante êxodo rural, criando maior pressão e obrigando as autoridades a dar prioridade à resolução destes problemas em detrimento das zonas rurais.

**Figura 2.6.** Despesa orçamentada



Fonte: OGE de 2011

Este gráfico confirma alguns aspectos referidos acima, salientando-se contudo que as questões de segurança permaneceram prioritárias neste período devido à realização das eleições legislativas em 2012.

## **2.6. Estratégias de famílias e agricultura em Angola**

A agricultura em Angola antes da independência tinha dois protagonistas, os colonos e as populações nativas. A agricultura e pecuária coloniais eram feitas em fazendas com extensões de terra maiores e com condições de rega. Para além destas actividades, dedicavam-se também ao comércio. No domínio agro-pecuário utilizavam técnicas modernas de cultivo apoiadas com equipamentos motorizados e mão-de-obra local assalariada. De maneira geral, produziam para dois objectivos: cultura em grandes extensões para fins de exportação (sobretudo sisal, algodão, milho, feijão, trigo) e vegetais para o consumo interno.

Por outro lado, as populações nativas praticavam a agricultura de sequeiro fazendo uso das tecnologias tradicionais com meios de produção limitados como a charrua, catana, enxada. As culturas preferenciais eram a do milho, sorgo e massango, feitas em regime de sequeiro dependendo de boas épocas de chuva. Os produtos eram essencialmente para a alimentação e os excedentes eram comercializados nas lojas detidas pelos comerciantes colonos. A actividade comercial possibilitava trocas directas de produtos agro-pecuários com produtos industriais manufacturados, apesar de dar sempre vantagem ao comerciante que ditava os preços.

De acordo com relatos da região, na época colonial os funcionários públicos, enfermeiros e professores colocados nas aldeias, aplicavam parte dos seus ordenados na actividade agro-pecuária, valendo-lhes receitas adicionais que ajudava na sua capacidade financeira. Conseguiram através destas

actividades vários meios materiais que proporcionavam uma vida atractiva e por isso conseguiam manter-se no meio rural por vários anos. Isto só foi quebrado com a guerra.

Em 1973 os camponeses foram mobilizados para se dedicarem à produção de matérias-primas como por exemplo o trigo para exportação. Estes produtos eram melhor pagos pelos comerciantes fazendo com que as culturas alimentares fossem relegadas para segundo plano, cultivando-se apenas em pequenas extensões, geralmente por mulheres, enquanto os homens preferiam dedicar-se às culturas de exportação. Naquela altura começaram a baixar os excedentes de produtos alimentares, agravando-se em 1974 com o zoar da guerra para a independência em 1975. A desestruturação da agricultura quer familiar e empresarial dá-se neste período prevalecendo até aos dias de hoje.

Apesar de a agricultura ter estas contingências associadas à sua destruturação após a independência, ela assegurou a logística alimentar das populações. As fazendas dos colonos foram nacionalizadas para empresas públicas e as associações de camponeses passaram a produzir para posterior comercialização em grão ou em farinha nas lojas do povo, num sistema sob monopólio do governo. Havia empenho, os camponeses estavam motivados, disponibilizavam-se sementes melhoradas com um grau de produtividade alta. A juventude envolvia-se, quer os quadros do sector como os camponeses. Entre as populações controladas pela UNITA, o que cultivavam era repartido com os militares de forma repressiva.

A agricultura em Angola é actualmente de baixa tecnologia e é praticada pela maioria das famílias angolanas que são obrigadas a aplicarem todas as suas energias, física, mental e emocionalmente para conseguirem algum resultado na esperança de serem capazes de satisfazer as necessidades que se impõem.

Os chefes de famílias, devido às experiências de precariedade que foram vivendo ao longo da vida com esta agricultura adoptam estratégias de redistribuição dos rendimentos priorizando a escolarização do filho mais velho na perspectiva deste um dia conseguir emprego e com os seus salários capitalizar a capacidade de produção do agregado. As meninas não têm este privilégio, evocando os pais o casamento delas como uma das razões que não garante retorno em termos económicos para as famílias.

Existem casos de sucesso relativos a estas estratégias de famílias. Muitas famílias conseguiram e conseguem com apoio dos salários dos filhos ou um membro da família capitalizar a unidade de produção, erguem cantinas, instalam moagens, dispõem de uma camioneta, tornando a actividade agrícola rentável. Contudo, há também muitos casos de insucesso, com filhos que não alcançam sucessos escolares, que não se integram na vida urbana e retornam às aldeias com muitos problemas, acabando por prejudicar mais as famílias.

Para a sustentabilidade das estratégias da família neste domínio, reitera-se a imperiosidade do engajamento dos cidadãos e das suas organizações na implementação, monitoria e avaliação dos programas de combate à pobreza, sendo fundamental para ajudar a melhorá-los e a corrigi-los. Dar

visibilidade a acções de combate à pobreza enraizadas na comunidade é uma outra frente a utilizar para influenciar este programa, como diversas vezes referido (Figueiredo, 2009).

Outra preocupação em torno das questões de combate à pobreza no meio rural tem a ver com as várias interpretações que se dá à circunscrição no meio rural. Quando se fala do meio rural, consideram-se todas as circunscrições, desde as sedes dos municípios às circunscrições mais do interior. Numa situação de definição de projectos a primazia é dada às sedes do município alegando-se a necessidade da melhoria da imagem da sede, fazendo com que as periferias sejam relegadas para outras prioridades. Significa, portanto, que os projectos gizados acabam por não beneficiar os indivíduos do meio rural favorecendo os das sedes municipais.



## **CAPÍTULO III – AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Neste capítulo faz-se a análise das estratégias de sobrevivência, responsabilidades domésticas e comunitárias e suas implicações nas populações de Chitembo, das aldeias de Liazemba, Tuia, Kankuikui e Kamue, com particular atenção aos segmentos sociais sobre os quais se centra o desenvolvimento local. As dinâmicas associadas à subsistência são deduzidas mediante alguns dados compilados dos resultados do inquérito realizado nas aldeias.

Para aferir a situação de subsistência das famílias estudadas, fez-se uma análise dos dados das respostas dadas pelos chefes das famílias das aldeias referidas quer ao inquérito quer às entrevistas.

As questões que foram seleccionadas do inquérito são aquelas que correspondem aos conteúdos desta dissertação, com vista a ajudar na triangulação durante a análise. Para quantificar a informação recorreu-se à contabilização e leitura de números. Neste exercício, teve-se o cuidado de identificar diferenças entre o sexo feminino e o sexo masculino.

### **3.1. Caracterização das famílias estudadas**

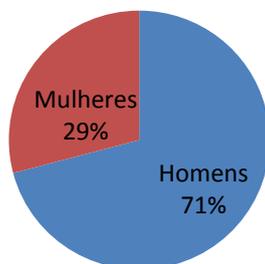
A amostra dos chefes das 237 famílias inquiridos representa 1.318 pessoas, que constituem a população das aldeias sobre as quais se aplicam as análises desta dissertação.

	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	Subtotal	
<b>Nº de pessoa no agregado</b>	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	Subtotal	
<b>Nº de Famílias</b>	4	12	17	25	40	34	25	30	17	10	6	7	2	0	2	4	2	237	
<b>Subtotal de pessoas</b>	0	12	34	75	160	170	150	210	136	90	60	77	24	0	28	60	32	1.318	
<b>Chefes de família por género</b>	Homens = 168									Mulheres = 69									237

Das 237 famílias inquiridas, 69 são chefes de famílias mulheres, correspondendo a 29% do total.

**Figura 3.1.** Chefes de família por sexo

**Chefes de famílias na comunidade**



**Fonte:** Inquérito TFO, 2012

A percentagem relativamente elevada de mulheres chefes de família mostra claramente os efeitos provocados pelos longos anos de guerra. Os modos de trabalho de subsistência, a precariedade em que viveram as populações durante a guerra, influenciaram a desestruturação de muitas famílias. Está-se perante uma nova configuração da estrutura familiar das comunidades rurais. Sobretudo no meio rural, há uma diferenciação de papéis entre homens e mulheres, sendo que em Angola, as mulheres não são normalmente mobilizadas para participar em espaços de tomada de decisões porque esta responsabilidade está reservada aos homens. Por outro lado, relativamente à situação dos homens, por causa das migrações, muitos acabaram por abandonar as zonas de origem, deixando as responsabilidades conjugais antes assumidas.

São várias as razões apontadas para o número significativo de mulheres chefes de família.

“Eu tenho-lhe pedido para se casar comigo mas ele não aceita. Os homens estão todos ocupados, o pai dos meus filhos morreu” (Isabel Carlas, jovem viúva, aldeia de Liazemba, 11.07.2012).

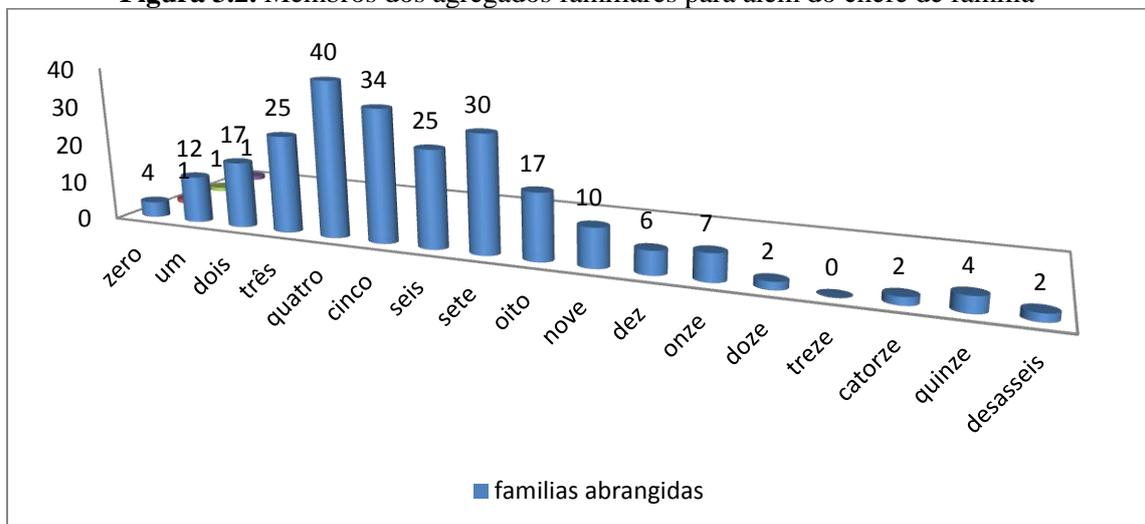
“Eu fui esposa do soba, agora ele arranjou uma outra jovem, agora estou abandonada, não posso fazer nada ele é o nosso dirigente” (Madalena Ana, idosa, Liazemba, 15.07.2012).

“As minhas filhas foram engravidadas e os moços não querem assumi-las, sou obrigado a viver com elas” (Loino Pedro, Kamue - Kacuchil, 12.07.2012).

Esta nova configuração em que muitas mulheres são chefes de família, propicia um grau de irresponsabilidade de muitos homens progenitores no sentido de não assumirem as suas responsabilidades sociais e económicas dos seus filhos. Esta situação tende a se repetir nos novos agregados familiares. Prevalendo estas práticas incorre-se em existir nas comunidades elevadas

famílias desestruturadas e conseqüentemente, os membros condicionados por esta ambiente estarão sujeitos a desequilíbrios psico-emocionais, estes criam situações aberrantes na comunidade.

**Figura 3.2.** Membros dos agregados familiares para além do chefe de família



Fonte: Inquérito TFO, 2012

Segundo o gráfico, o agregado mais representativo situa-se entre os que possuem três a sete membros na família. As famílias que não possuem mais que um membro no agregado ou apenas possuem um são normalmente idosos que vivem sozinhos ou com um neto, por exemplo, recebendo apoios em saúde e por vezes alimentação dos familiares ou dos vizinhos. Famílias com dois filhos são normalmente aquelas famílias que se constituíram há pouco tempo ou são, por exemplo, mães solteiras. No outro extremo, as famílias são alargadas, com muito agregado que tiveram de acolher pessoas para os seus lares por motivos diversos, entre os mais citados durante a investigação, os órfãos de guerra, os idosos e filhos abandonados pelos seus progenitores homens ou mulheres.

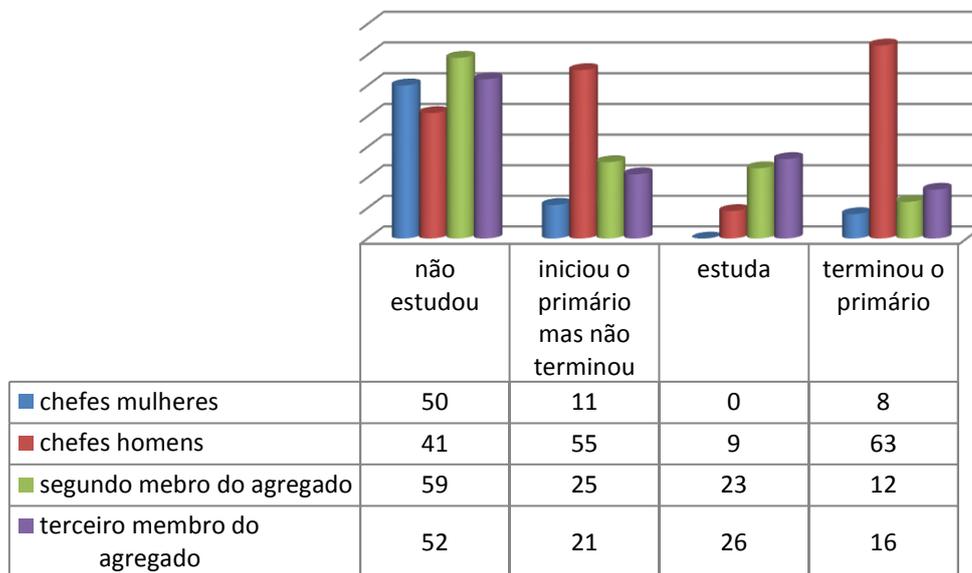
Segundo o quadro seguinte, nas quatro aldeias vivem aproximadamente 1.318 habitantes. São um conjunto de pessoas com estratificação social entre homens mulheres, jovens rapazes, raparigas e crianças. Este número de pessoas faz muita diferença no município quando são inseridas no sistema produtivo ou de serviços, contribuem na elevação da economia e na qualidade dos serviços sociais, ao contrário, podem influenciar no descalabro socioeconómico do município.

Trata-se de uma moldura humana significativa que mantém entre si relações sociais, económicas e culturais, vivendo sob as mesmas circunstâncias. Todas as famílias vivem nestas aldeias há mais de cinco anos em casas de construção precária com dois quartos para dormir, em média. Algumas casas não possuem portas, fecham com uma esteira apoiada por um pau. Na maior parte dos casos, vivem nas casas pessoas da mesma família.

Numa determinada casa encontrámos muitas crianças e perguntámos de quem eram as crianças que aí estavam, obtendo como resposta que umas eram da dona da casa, outras da sua filha e as restantes das vizinhas que estavam nas lavras.

Relativamente à educação escolar, a maioria da população não é escolarizada principalmente as mulheres. A elaboração do gráfico abaixo resulta do levantamento feito aos chefes de família e aos restantes membros do agregado.

**Figura 3.3.** Escolarização dos chefes de famílias e os primeiros membros do agregado



Elaboração do autor

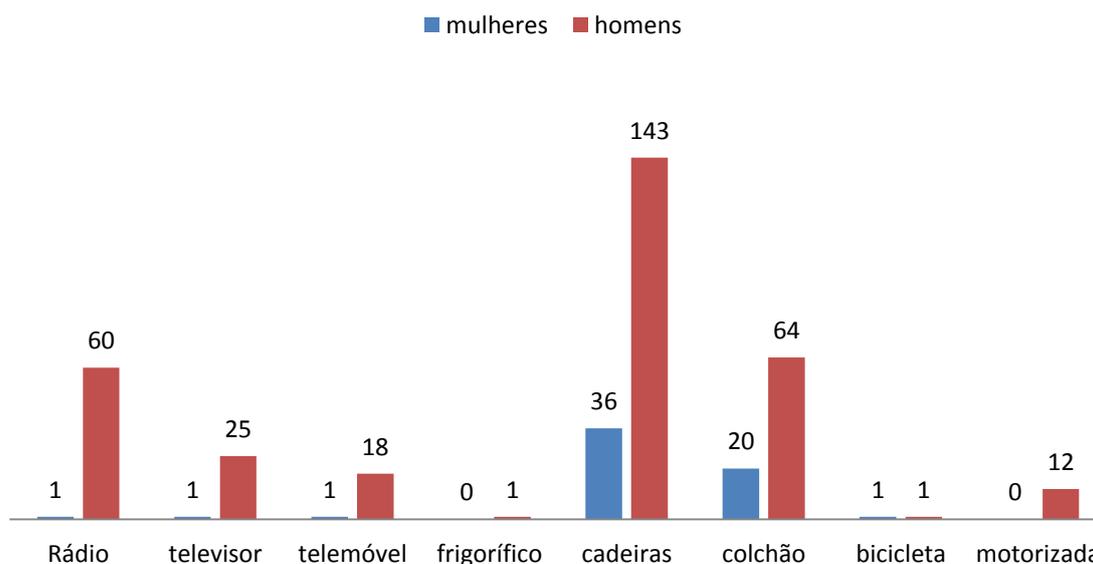
Como se pode verificar, a escolarização das mulheres é de uma maneira geral mais baixa.

“A minha irmã tem dito que não vê a importância em estudar porque as suas amigas que estudaram estão na mesma situação que ela” (Lucas Manuel, Liazemba, 10.07.2012).

Algumas pessoas tendem ainda a afirmar que as raparigas “só ficam alguns anos na escola depois ficam grávidas, nunca terminam, os homens terminam mais” (Natalia Nhama, reside em Kakutchi, 12.07.2012).

Também em termos dos bens patrimoniais das famílias os dados mostram os baixos níveis de posse destes em bens em geral e também uma clara diferença entre homens e mulheres, sendo que os homens possuem muito mais bens em relação às mulheres.

**Figura 3.4.** Tipologia de bens domésticos possuídos pelas famílias



**Fonte:** Inquérito TFO, 2012

No geral, os agregados chefiados por homens possuem mais meios de comunicação do que os que são chefiados por mulheres (rádio, televisor, telemóvel), o que indica maior acesso à informação por parte dos homens.

Os bens mais comuns entre os dois sexos são as cadeiras de plástico e os colchões, bens básicos de apetrechamento das casas em Angola.

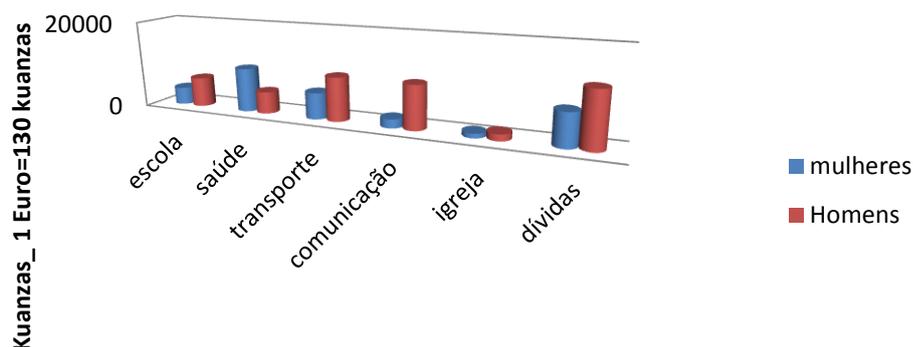
Este gráfico, do património, demonstra a incapacidade geral das famílias de aumentar a sua condição socioeconómica por meio da actividade agrícola.

Ao perguntar o que tinham em casa, as respostas de muitos, sobretudo das mulheres, foi do género

“Filho nesta casa não tem nada, dá vergonha fazer entrar uma visita, somos desgraçadas, priorizamos a comida, as outras coisas nunca vamos ter, este é o nosso destino. Não vês que tive de pedir a cadeira naquela casa para poderes sentar. Isto é uma vergonha. Estou a dormir na esteira, as minhas costelas doem” (Maria Muhanda com média de 60 anos, não tem escolarização, vive sozinha em Kakutchi, 11.07.2012).

Quando perguntados sobre as refeições que fazem com carne e peixe durante o mês, as respostas indicam que em média se come mais peixe, em média três vezes por mês e carne duas vezes.

**Figura 3.5.** Serviços e produtos nos quais as famílias gastam dinheiro



**Fonte:** Inquérito TFO, 2012

Os dados do gráfico referem a média gasta pelas famílias em cada um destes itens ao longo do ano. Sobre os gastos escolares, as famílias referiram-se à compra de material escolar (lapiseiras, cadernos, batas) e contribuição para alguns peditórios que os professores fazem justificando que serve para comprar vassouras, enxadas e resmas de papel normalmente no início do ano lectivo e no período das provas. Cada encarregado de educação paga consoante o número de crianças que tem a seu cargo a estudar. Estes emolumentos contrastam com a política educacional de Angola que refere a gratuitidade do ensino primário, caso que não se observa normalmente e que influencia negativamente o engajamento das famílias na escolarização das crianças.

As questões da saúde estão mais relegadas à mulher que normalmente assume todas as situações em torno da resolução dos problemas, buscando formas para solução quer a nível local quer através do recurso aos serviços na sede do município onde existe um hospital de referência. Todas estas movimentações implicam o pagamento de serviços (tratamento, transporte e alimentação), sendo por isso as famílias muitas vezes obrigadas a contrair dívidas. Conforme relatos, o envolvimento dos homens na qualidade de progenitores é fraco, havendo mesmo quem se descarte completamente no acompanhamento da situação. À semelhança da educação, o primado da gratuitidade dos cuidados primários de saúde não é um facto em toda a sua plenitude, existindo um défice de medicamentos nos postos públicos e sendo os doentes depois de consultados obrigados a comprar os medicamentos nas farmácias ou no mercado paralelo. No caso destes aldeões, a maioria recorre ao mercado paralelo da sede de Chitembo onde os medicamentos são mais baratos comparativamente ao das farmácias, mesmo sendo poucos e menos diversificados. As mulheres referiram que a preocupação maior prende-se com os custos de transporte e estadia na sede de Chitembo onde são obrigadas a deslocar-se para fazer tratamentos. Esta situação tem sido um dos motivos para recorrerem várias vezes ao tratamento tradicional, à automedicação e há muitos casos em que não realizam o tratamento, aguardando que a doença desapareça.

Os gastos com transporte são também significativos para as famílias. Os transportes são utilizados normalmente para as actividades do comércio, saúde e questões administrativas e jurídicas, dado o

privilégio das aldeias serem atravessada pela estrada nacional que permite deslocarem-se à sede de Chitembo e às capitais da província do Bié, Huambo e Kuando Kubango. As deslocções para as capitais de província de âmbito comercial são principalmente para a venda de farinha de mandioca e de mel. Segundo os depoimentos,

“nem sempre há dinheiro para fazer estas deslocções; por vezes pedimos aos vizinhos que viajam e damos dinheiro para comprarem o que necessitamos. Caso não haja ninguém, somos obrigados a esperar. Em caso de uma doença deslocamo-nos a pé, ou procuramos medicamentos no mato. No caso dos partos, são feitos em casa com ajuda das mais velhas” (Conceição Ndungo, 22 anos de idade, Tuia, 18.07.2012).

As tarifas mais baixas com o transporte são as praticadas quando as pessoas se deslocam à sede do Chitembo (cerca de 500 Kwanzas, ida e volta), para tratar de documentos, adquirir bens alimentares industriais, ir a consultas no hospital ou comprar medicamentos.

Os gastos com comunicações indicam os utilizadores dos telemóveis. De acordo a investigação, só uma mulher possui este aparelho contra dezoito homens. Isto deve-se aos problemas de energia e os custos de recargas, muitos disseram. Possuir um telemóvel é “como quem estivesse a criar mais uma pessoa em casa” (Elias José, nascido em 1977, concluiu o ensino primário). É muito caro manter o seu funcionamento. A maioria da população pede aos que possuem para comunicarem com familiares em outros lugares ou pedem aos familiares para ligarem.

O gasto na igreja envolve poucos montantes financeiros porque na verdade a oferenda é feita em espécie, geralmente milho e feijão, sendo que cada família em cada domingo dá um quilo de um destes produtos à igreja. No gráfico, estes produtos foram estimados em Kwanzas. Nas três aldeias existem duas igrejas, uma Católica e outras evangélicas (UIEA), usando-se a mesma prática. Os produtos servem para suportar a alimentação dos párocos e para caridade com velhos e crianças.

As dívidas são uma realidade de quase todas as famílias, sobretudo na idade activa, devido às situações de doenças e ao comércio. Isto resulta da incapacidade de conseguirem fazer poupanças devido às limitações já levantadas sobre a incapacidade produtiva dos agregados familiares. Entretanto, a questão da dívida também tem uma vertente de solidariedade já que serve para apoiar os próximos. A solidariedade é bastante relevada por exemplo em caso de doença e morte. No caso de morte, cada aldeão disponibiliza um bem para apoiar o óbito. Por exemplo, as urnas são feitas localmente e os homens são obrigados a contribuir com uma tábua e participar na sua confecção.

## **3.2. Actividades produtivas e de rendimento**

### **3.2.1. Agricultura**

A agricultura é a actividade principal e as famílias, que se dedicam principalmente ao cultivo do milho, mandioca e alguns vegetais. As colheitas são baixas, variando entre os 200 e os 250 Kg,

dependendo do produto. A maioria dos produtores utiliza a enxada. Os que colhem mais são os que utilizam a tracção animal. Por outro lado, os agregados com maior número de membros, em média sete a 14 pessoas, e cujas extensões de cultivo são vastas, levam menos tempo a cultivar e diversificam mais as culturas ao longo de uma época agrícola.

A maior parte da produção é para o consumo das famílias. Contudo, depois das colheitas, os produtores tiram alguns quilos para vender e comprar complementos.

Segundo dados do livro sobre culturas arvenses em Angola, financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano e pelo Ministério da Educação de Angola em 1991, é possível obter rendimentos significativos das culturas em Angola quando se aplicam correctamente as técnicas de cultivo, a fertilização, controlo de doenças e pragas, segundo a tabela abaixo. Em conformidade com os mapas de distribuição destas culturas em Angola, a província do Bié está incluída.

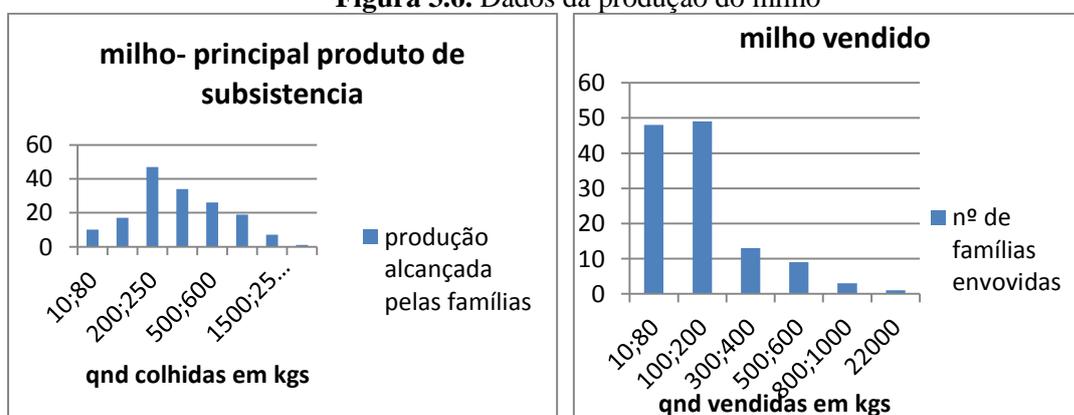
**Quadro 3.1.** Rendimentos ideais das culturas em Angola em 1991

Culturas	Milho kg/ha	Mandioca kg/ha	Batata rena kg/ha	Feijão Kg/ha
Regiões favoráveis	1.500-2000	3000-10000	8000-10000	600-800
Regiões menos favoráveis	500-1000		3000-5000	200-300
Com condições climáticas favoráveis	3000-7000	25000		

Os resultados expressos espelham bem os rendimentos destas culturas os quais os camponeses podem atingir e disso resultar ganhos económicos e sociais importantes para o agregado. As quatro culturas são bastante procuradas nos mercados com preços de venda razoáveis, o feijão e a batata rena são os mais cotáveis.

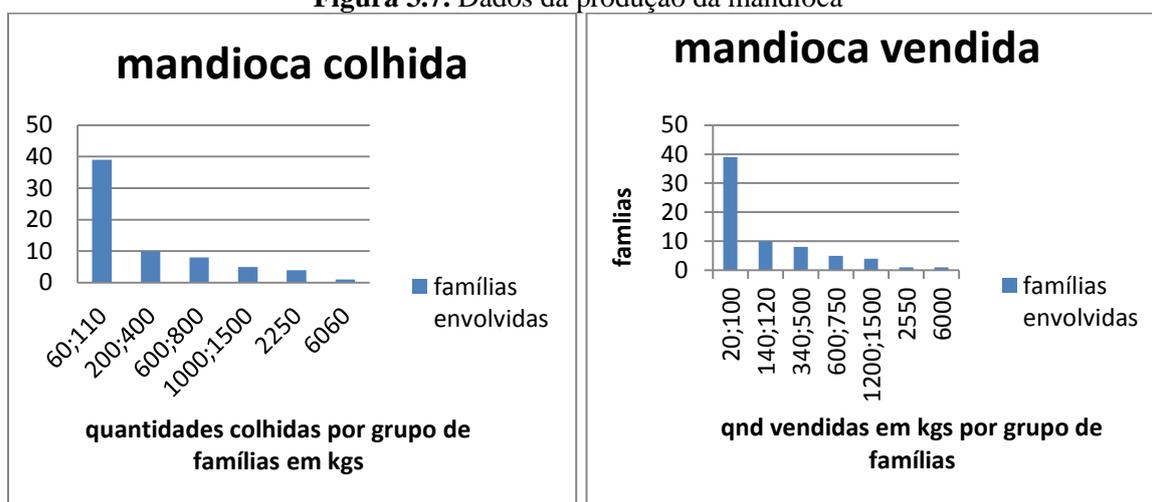
Comparando com os dados obtidos nas comunidades de investigação conforme mostra o gráfico abaixo, podemos aferir que os seus rendimentos são condicionados pelas limitações das condições de cultivo.

**Figura 3.6.** Dados da produção do milho



A produção de milho, principal produto de subsistência das famílias estudadas, apresenta baixas taxas de rendimento por hectare comparativamente com outras realidades económicas. Enquanto na zona de estudo os rendimentos situam-se entre os 10 e os 2.500 kg por hectare a escola para técnicos agro-pecuários no Tchivinguiro apresentam valores de 500-1000, 1.500-2000 e 3000-7000 kg/ha. Há uma grande disparidade dos rendimentos.

**Figura 3.7.** Dados da produção da mandioca



A mandioca é considerada o segundo produto mais importante para a subsistência. As colheitas são baixíssimas, basta comparar 25000, 3000 e 10000, kgs por hectare com 100 kg de mandioca, os factos falam por si. A mandioca apresenta-se nestas comunidades como uma cultura de cariz tradicional não inserida em culturas modernas. Apesar desta marginalização, a mandioca tem mostrado a sua capacidade de resistência devido à sua fácil capacidade de adaptação as condições climáticas sobretudo à seca, à baixa fertilidade dos solos e tolerância a doenças e pragas. Também é de poucas exigências de meios modernos como fertilizantes e medicamentos.

O milho e a mandioca na qualidade de serem produtos principais de subsistência não correspondem as necessidades vividas, para isso são auxiliadas com as actividades de caça e recolocção. Por outro lado, mesmo com condições naturais para cultivarem a batata rena e o feijão elas são pouco realizadas porque a duas culturas anteriores absorvem a maior parte do seu tempo.

Uma nota interessante é o facto de que o pouco que se produz ainda é repartido para a comercialização não apenas derivado do interesse do produtor para obter outros complementos é também pelas solicitações do mercado por estes produtos, isto mostra o seu valor pelos compradores.

Os inquiridos consideram bastante relevantes os bens do meio natural, sendo fundamentais para a sua subsistência, o rio, a floresta, os animais selvagens, o peixe do rio, as frutas, os cogumelos, o mel, as larvas, tudo que existe no espaço natural da região. Houve indivíduos que apontaram também o solo e o ar como bens que não se podem esquecer.

“Este lugar tem sido a nossa salvação, as nossas esperanças estão neste mato” (João Ndala, camponês, Tuia, pronunciou-se aos 10.07.2012).

Os produtos agrícolas que permitem obter rendimento são a mandioca, o milho e as hortícolas (cebola, e batata rena), apesar de os agricultores sistematicamente enfrentarem colheitas baixas, devido à fraca tecnologia em rega, técnicas de cultivo e a pouca qualidade de sementes que utilizam.

Os campos estão situados nas partes elevadas para a agricultura de sequeiro e nas baixas ao longo dos rios para a agricultura de regadio. As áreas para abrir novas lavras são vastas, permitindo deixar em pousio antigas lavras por dois a quatro anos. Uma área só é cultivada durante três anos. Não se utilizam produtos químicos quer para a fertilização como para a desinfestação. As sementes cultivadas são próprias, guardadas das colheitas anteriores. As palhas das colheitas são tratadas de duas maneiras: há famílias que recolhem e enterram e outras recolhem e queimam.

### 3.2.2. Pecuária

O maneio de animais domésticos faz parte das famílias rurais, além das actividades agrícolas existe sempre a preocupação de integrar esta actividade com o objectivo de aproveitar os bois para ajudar nas lavouras, sementeiras, amontoa o que lhe permite ter maiores extensões de cultivo e cumprir com a época do cultivo. Também aproveitam os seus excretos para estrume, incluindo dos outros animais domésticos. Esta simbiose ajuda na obtenção de rendimentos altos nas colheitas e os animais desenvolvem melhor porque consomem produtos dos campos de cultivo, palha e grãos.

Em relação o benefício das famílias pode-se apontar a diminuição do esforço físico, o aproveitamento para alimentação dos seus derivados, leite, ovos, carne, banha. A pele dos animais tem várias utilidades entre elas, a confecção de cadeiras tradicionais e outros móveis.

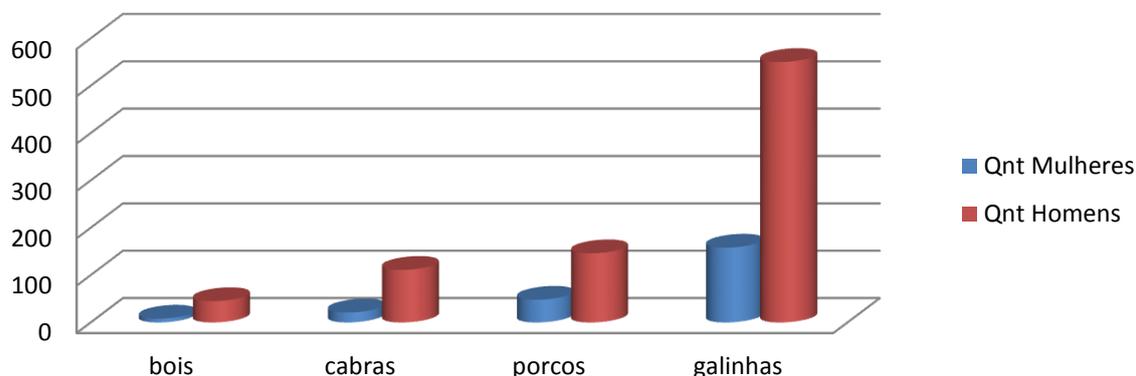
**Quadro 3.2.** Posse de animais domésticos

Produtos	Gado bovino	Cabras	Porcos	Galinhas
Quantidades por famílias mulheres	8	22	48	170
Chefes de famílias mulheres	5	9	18	38
Quantidades por famílias homens	45	115	132	537
Chefes de famílias homens	13	44	48	86
Total	71	190	246	831

Estes dados ilustram a insuficiência das famílias em animais e a quantidades de animais por agregado familiar varia entre famílias, umas com mais do que outras, há quem não tenha nenhum.

**Figura 3.8.** Animais domésticos por famílias

### Posse das famílias em animais



**Fonte:** Inquérito TFO, 2012

As famílias são pobres em animais. Apenas cinco chefes femininos e treze do sexo masculino possuem bois para tração animal. A maioria possui galinhas. Geralmente estes animais são criados com o propósito de os vender. O número significativo em galinhas de que algumas famílias dispõem são um sinal de existirem condições ecológicas para o desenvolvimento destas aves que é um produto muito procurado nos mercados e pode ser uma oportunidade para servir de fonte de rendimento destas famílias.

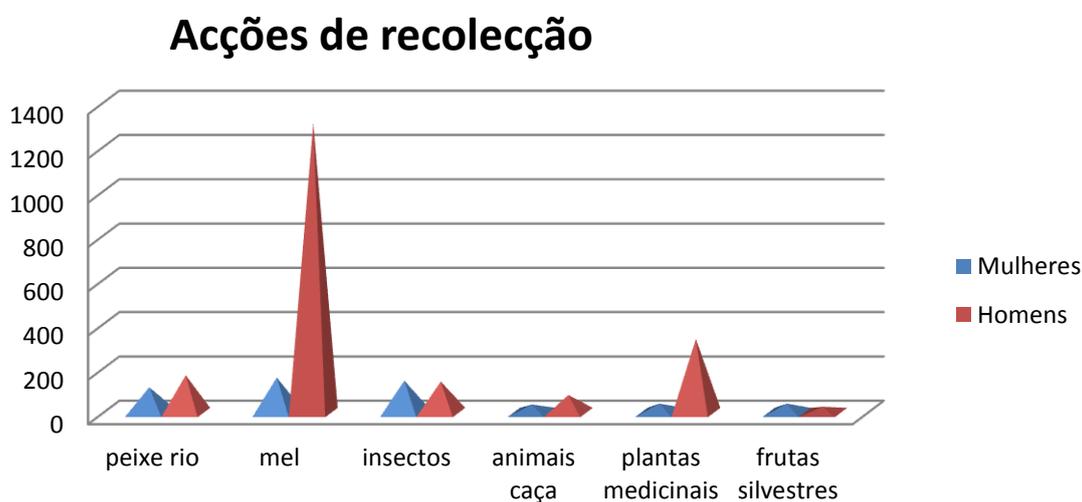
#### 3.2.3. Recolecção

Esta actividade é bastante considerada pelas populações destas aldeias porque a paisagem natural adjacente oferece inúmeros produtos que auxiliam a subsistência. São recursos com os quais contam bastante porque complementam os bens que resultam da actividade agrícola. Esta importância se diferencia da outra pelo facto de que mesmo sem trabalhar a agricultura têm garantias de colher estes produtos durante o ano os quais podem garantir a subsistência por muitos meses. O mel é um produto com muito valor comercial, seguindo-se o carvão. Os produtos da recolecção, são utilizados frescos e secos, a forma seca é a mais comum, pela qualidade da sua conservação consegue manter estes produtos por um a dois anos. Em termos alimentares são mais usados para complemento dos produtos resultantes das lavras, ou seja, o pirão da farinha de milho e mandioca têm como acompanhantes alguns produtos de recolecção, o peixe, carne de caça, cogumelos e insectos.

**Quadro 3.3.** Produtos que recolhem na natureza

Produtos	Peixe do rio kgs	Mel Litros	Vermes Kgs	Animais de caça unidades	Plantas medicinais-feixes	Frutas kgs	Subtotal
Quantidades recolhidas pelas famílias mulheres	114	158	144	36	40	34	
Chefes de famílias Mulheres	8	7	7	3	2	4	31
Quantidade recolhidas pelas famílias homens	168	1352	140	69	332	26	
Chefes de famílias Homens	19	28	3	8	5	4	67

As quantidades que são colhidas dependem do número dos membros do agregado familiar e das técnicas aplicadas. Esta é uma das razões que limita algumas pessoas na comunidade de recolher alguns produtos.

**Figura 3.9.** Dados sobre a recollecção

**Fonte:** Inquérito TFO, 2012

As populações aproveitam praticamente todos os recursos que a natureza desta localidade dispõe – lenha, peixe, cogumelos, frutas, animais de caça, caniços. São produtos utilizados para a subsistência e rendimento. O mel, visto como “o diamante” das famílias, é um produto comercializado no mercado local e na província do Kuando Kubango. Porém é um produto que só os homens mais jovens têm a

possibilidade de colher porque a actividade exige algumas habilidades, como trepar árvores ou caminhar pelo mato à noite

O peixe do rio poderia constituir-se num outro potencial caso fossem introduzidas tecnologias para a sua melhor produção e captura devido ao potencial hídrico da região, com rios de caudal permanente e uma diversidade de plâncton para alimentar os peixes. A pesca é apenas praticada em períodos de cacimbo, quando o caudal é baixo

A lenha é a única fonte de energia utilizada pelas famílias para cozer os alimentos, sendo recolhida principalmente pelas mulheres.

**Figura 3.10.** Depois da lavra transporta lenha



### **3.3. Estratégias de sobrevivência familiares**

O agregado familiar toma a responsabilidade de realizar todas as actividades que concorrem para a sua subsistência, incluindo tarefas domésticas e cuidar das crianças. As actividades económicas alternam entre a produção agrícola, a recollecção e a comercialização.

Enquadrando as principais actividades que o agregado familiar realiza ao longo do ano, elas ocupam o seguinte calendário sazonal.

**Quadro 3.4.** Calendário sazonal das actividades agrícola

<b>Principais actividades</b>	<b>J</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>A</b>	<b>M</b>	<b>J</b>	<b>J</b>	<b>A</b>	<b>S</b>	<b>O</b>	<b>N</b>	<b>D</b>
Desmatção						■	■					
Desbravamento								■	■			
Lavouras e sementeiras	■	■	■	■						■	■	■
Sachas	■						■	■				■
Colheitas					■	■						
Comercialização						■	■					
Recolecção								■	■		■	■
Caça					■	■	■	■	■		■	■
Apoio às crianças na escola		■	■	■								
Cultivo ao longo dos rios				■	■	■	■					

Elaboração do autor

Este calendário sazonal indica o ciclo de actividades principais que as comunidades realizam, mostrando que são actividades de muita exigência física, como no caso da desmatção, desbravamento, lavoura, sacha já que são feitas com recurso ao machado, catana e enxada de forma manual.

A primeira fase da campanha agrícola inicia-se em Junho e vai até Abril. A segunda fase inicia-se em Abril e termina em Julho. Nestes dois períodos intercalam-se actividades de comercialização, recolecção, caça e apoio às crianças para a escola

Ligado ao calendário sazonal, é importante fazer menção ao calendário das rotinas diárias, desenvolvidas pelos agregados familiares por sexo.

**Quadro 3.5.** Calendário das rotinas diária

Principais actividades realizadas pelas mulheres	7h	9h	10h	11h	11h	12h	13h	6h	14h	15h	16h	17h	18h	19h
Levanta-se e cuida da higiene pessoal														
Acende o fogo	■													
Prepara a refeição para as crianças	■													
Prepara as crianças para irem a escola	■													
Arruma a casa		■												
Parte para a lavra	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■			
Regressa à casa											■			



período anterior															
Recolha bens para vendê-los ao longo da estrada															
Janta															
Dorme															

Elaboração do autor

A rotina dos dois sexos é bastante pesada para assegurar a subsistência e sobrevivência. As mulheres não participam apenas nas actividades agrícolas, encarregando-se também das actividades domésticas que exigem esforços físicos significativos. São por exemplo obrigadas a caminhar à volta de 1 km arranjar água, carregando 20 litros nesse percurso, ou 3 km para recolher lenha, carregando depois um feixe com 20 kg.

Muitos agregados têm as suas lavras distantes da aldeia (mais de 10 km), facto que leva muitas famílias a preferirem passar as noites nas lavras regressando apenas no final da semana. Algumas crianças quando saem da escola seguem os pais para a lavra onde acabam por ficar, o que tem implicações no aproveitamento escolar.

A carga horária incide mais em actividades na lavra. Só a partir das 17 horas as famílias se dedicam aos trabalhos domésticos e comercialização. Isto evidencia claramente o cansaço que as famílias enfrentam e o pouco tempo para o lazer, encontrar-se com familiares, interacção com os membros do agregado, principalmente as crianças que frequentam a escola.

O tempo de descanso não se afigura no calendário. Ele torna-se uma possibilidade apenas quando têm uma mercadoria para vender junto da estrada ou ao deslocarem-se ao rio, à pesca e à procura de lenha. São momentos em que se encontram os aldeões e familiares para trocar conversas, ideias e brincadeiras.

### 3.4. Implicações das estratégias de subsistência nas famílias e no desenvolvimento local

Embora haja preocupação com a educação, o ambiente escolar e a carga horária de trabalho e deslocamentos não propiciam uma adesão total. Por outro lado, a escola local é do I ciclo (iniciação à 6ª classe) e quem quiser prosseguir tem de deslocar-se para a sede do município, cerca de 20 km. Muitas famílias não têm esta possibilidade, fazendo com que este seja o único nível a ser alcançado.

Outro fenómeno dependente da indisponibilidade dos pais com este calendário relaciona-se a ausência dos encarregados na aldeia por causa da sua estadia nas lavras. Problemas relacionados com estas ausências incluem por exemplo gravidezes precoces das alunas.

Outra implicação é o trabalho doméstico que as crianças assumem durante a ausência dos adultos.

**Figura 3.11.** Criança prepara farinha para cozinhar



As meninas, sobretudo as mais crescidas, acompanham o dia-a-dia dos irmãos menores. Entre elas distribuem-se tarefas como preparar a fuba, recolher lenha, cozinhar e lavar roupa. Neste aspecto há solidariedades nas aldeias. Os vizinhos adultos que não se deslocaram às lavras auxiliam estas crianças quando podem com certas medidas tais como impedir brincadeiras perigosas, visitá-las logo pela manhã para saber como passaram a noite, acompanhar ou administrar remédios em caso de alguém estar adoentado, entre outras coisas.

Os jovens, na sua socialização, criam a ideia de que as actividades dos pais são penosas, e que permitem poucos lucros, o que faz com que abandonem as aldeias para outras províncias em busca de novas oportunidades. Nestes movimentos, segundo alguns chefes de família, os jovens roubam galinhas para conseguirem dinheiro para a passagem e esta é por vezes a causa para que muitas famílias deixassem de criar galinhas. Todavia, estes jovens nas vilas ou cidades enfrentam dificuldades de inserção social e económica devido à baixa escolaridade e à falta de documentação. Caso consigam emprego, os seus ordenados são bastante baixos. Face a estes dilemas, quando conseguem acumular algum valor procuram regressar à aldeia para abrir um negócio de ou pontos de vendas. Numa entrevista tida com um mais velho, ele referiu a situação do seu filho que acabava de regressar de Menongue. Ele depositava certa confiança e garantias de que o filho iria manter-se lá na perspectiva de um dia receber apoio a partir dele. Quando menos esperava, regressou, trazendo mais responsabilidade, a esposa.

“É uma situação que preocupa. Os jovens não têm oportunidades, não existe emprego, estão sujeitos a passar a mesma vida que os adultos viveram” (Paulino Ndala, iniciou o primário sem concluí-lo é camponês, reside na aldeia de Tuia, pronunciou-se dia 9-07-2012).

Considerando a reacção destes segmentos sociais, os jovens, sobre os quais centra o desenvolvimento local, há muitos desafios para a frente.

Os jovens e crianças são os mais afectados porque estão inseridos num ambiente social vulnerável nas suas diferentes vertentes, acima expostas.

**Figura 3.12.** No Kankuikui, solidários



**Figura 3.13.** Liazemba. Conversa junto a barraca de venda na reparação da casa de um dos amigos de um dos amigos



Outro segmento afectado são as mulheres. A população em estudo tem a agricultura como actividade principal para a sua sobrevivência, dedicando-se a mulher tanto à agricultura como às tarefas domésticas.

### **3.5. Factores para melhorar as condições de vida e para o desenvolvimento local**

A agro-pecuária é o factor incontornável em Angola quando se quer idealizar o desenvolvimento, por questões antropológicas, históricas, e o seu recente passado de guerra. No caso de Angola falar desta componente faz sentido no actual contexto de paz para retomar a produção alcançada na era colonial e aproveitar a região da SADC em que está inserida.

Salienta-se que a agro-pecuária é um elemento de segurança alimentar sustentável, o garante de emprego porque pode acomodar um elevado número de pessoas de um agregado familiar, quer como grupo solidário de trabalho quer como assalariados quando nas regiões há empresas agrícolas de feição comerciais. Estudos indicam que a indústria não proporciona mais emprego que a agricultura em determinados contextos, nomeadamente no angolano. A geração de excedentes comercializáveis melhora as necessidades de auto-subsistência das populações rurais que progressivamente são capazes de garantir a satisfação das necessidades nacionais com produtos básicos, de consumo massivo como o milho ou a mandioca

Há o reconhecimento generalizado segundo o qual sem desenvolvimento agrícola não é possível o desenvolvimento sustentado e muito menos promover um combate à pobreza. Apoiar a agricultura em termos de economia de mercado é conseguir harmonizar os objectivos definidos pelo Estado tendentes à resolução dos problemas sentidos pela sociedade. No caso em que o Estado assume como objectivo estratégico eliminar a pobreza, tal só é possível reconhecendo a agricultura como actividade fundamental em termos de geração de rendimento (Rela, 2005: 260).

As reflexões em torno desta abordagem surgem de vários analistas e a grande preocupação é a resultante da análise crítica sobre a contínua problemática da migração rural: Singer (1973), Castro (2005) e Champagne (1986), (citados por Brumer, 2007), referem que o fenómeno da migração rural resulta de dois tipos de factores principais, factores atractivos e factores de expulsão. Este fenómeno em Angola traduz-se na tendência para a saída dos jovens das zonas rurais e abandono das actividades agrícolas para se dedicarem ao comércio e outras actividades que consideram mais atractivas no meio urbano e suburbano.

## CONCLUSÃO

A abordagem sobre a subsistência foi precedida de um primeiro contacto com as aldeias estudadas. Os resultados dos questionários feitos aos chefes das famílias sobre os modos de vida são interessantes e ao mesmo tempo preocupantes na medida em que revelam uma vida de precariedade nos vários domínios.

Em relação aos projectos implementados pelo Governo angolano logo após o acordo de paz, nas quatro aldeias, são de realçar o funcionamento de um posto de saúde que é uma categoria de serviços bastante limitado se comparado com o número de moradores destas aldeias e a precariedade das suas condições. Também o funcionamento da escola do 1º nível (iniciação a 6ª classe) é bastante limitado quanto aos níveis de escolaridade desejados para uma população maioritariamente jovem. Por último, o projecto da estrada asfaltada, mesmo não tido sido inicialmente concebido para a sua localização actual, tem gerado efeitos positivos sobre as populações no aspecto económico, social e cultural.

O calendário das rotinas diárias das pessoas é exigente, bastante carregado com tarefas agrícolas, não havendo grande disponibilidade para descanso ou participação em actividades familiares e sociais. Existe o desconforto com a totalidade de tempos que adjudicam às tarefas de subsistência participam todos os membros dos agregados familiares, desde as crianças aos idosos. Os jovens e as mulheres são os que mais têm de articular as actividades nas comunidades com as de comercialização nas capitais das províncias para responder aos baixos resultados das colheitas, por não serem capazes de fazer face às necessidades

Existe uma contradição relativamente a estes aspectos negativos que tem a ver com a zona de estudo, que dispõe de um contexto físico natural que a torna num potencial agrícola inegável, de terras aráveis suportadas com águas abundantes de dois rios e das precipitações que caem na época chuvosa. Agrega-se a uma savana rica em bens vegetais e animais. Estas condições naturais não têm justificado a baixa produção agrícola que se verifica desde há vários anos. De um modo geral, a guerra não permitiu conhecer totalmente as potencialidades da região pelas autoridades locais, um facto que se arrasta até aos dias de hoje. Por outro lado, as populações não foram capazes de explorar de forma intensiva os recursos agrícolas, de forma a superar a pobreza.

O Governo angolano, a sociedade civil e outras organizações internacionais têm-se debruçado sobre a necessidade de combater a pobreza mediante a diversificação da economia considerando o sector agrícola uma prioridade. As populações estão esperançosas por programas que possam ajudar a mudar a sua situação. Porém, como foi dito anteriormente, os grandes projectos em curso de domínio produtivo e económico não atingiram estas comunidades, colocando os jovens numa situação apreensiva e desorientados perante a falta de estabilidade material e económica.

As famílias das aldeias estudadas são constituídas por população em idade activa, com agregados em média de cinco pessoas e um nível de escolarização baixo, o que as torna vulneráveis aos agentes externos e limitadas nas discussões sobre o melhor caminho para o seu progresso. Por outro lado,

sendo etnicamente predominantemente tchokwé e ganguela, não possuem uma tradição agro-pecuária que permita o desenvolvimento desta área, engajando-se mais em actividades de recollecção. Forçados pelo novo contexto, dedicam-se ao comércio nas capitais das províncias do Bié, Kuando Kubango e Huambo como actividade que auxilia a sua sobrevivência e os gastos sociais.

Fundamentando as conclusões em relação as hipóteses desta tese, os argumentos na sua maior são discernidos no terceiro capítulo. Constata-se que as populações, segundo a sua estrutura social, organizam-se para as actividades de subsistência e doméstica de forma articulada. As actividades para o efeito tornaram-se num desafio para todos os membros do agregado. As 1.318 pessoas inquiridas às quais se fez referência, vêem-se obrigadas a articularem-se entre si para as actividades de subsistência e responsabilidades domésticas, sendo todas elas responsabilizadas. Os homens e jovens dedicam-se às actividades do campo, caça, pesca e aprovisionamento para a colheita do mel; enquanto as mulheres e as raparigas repartem o seu tempo em actividades no campo, recollecção e actividades domésticas. As crianças à volta dos 10 anos realizam tarefas que em condições normais seriam para os adultos. As crianças menores de cinco anos de idade, apesar de não serem responsabilizadas, vivem os sacrifícios que enfrentam os adultos, ficando expostas ao sol, frio e vento durante várias horas, pernoitam nas lavras em cabanas menos protegidas, alimentam-se em horários determinados pelos adultos com poucas escolhas sobre o tipo de comida. Aquelas crianças que por motivos escolares ficam na aldeia, para além de assumirem a responsabilidade de guardar a casa cuidam os menores, quando os adultos não regressam são obrigados a levá-los ao encontro deles. No caso de uma família não dispor de alguém que faça isso, recorrem aos vizinhos, aqueles que ficam na aldeia, que geralmente são os velhos e portadores de deficiência.

O trabalho duplo da mulher só é possível devido à forma como ela se organiza e fruto das experiencias que foi acumulando ou adquirindo dos seus antecessores. Quando se desloca às lavras ou recollecção coloca às costas o bebé e carrega sempre um quinda (cesto) onde transporta a enxada, catana e tijela com comida pronta sobre a cabeça. Nas mãos carrega um cantil normalmente com alguma bebida caseira, a “quissangua”. A enxada e a catana são utilizadas para o cultivo e recolha de lenha. Usa por isso dois itinerários, um a caminho da lavra e outro de regresso a casa. Estas estratégias permitem-lhe realizar a actividade nas lavras, dar de comer ao seu agregado com uma refeição ao almoço e outra ao jantar, garantindo também condições para o almoço do dia seguinte. Para lavar roupa e preparar farinha de milho ou comprar bens complementares aproveita os sábados.

As estratégias dos jovens na sua participação na economia local e social e articulação com outras oportunidades fora, são configuradas mediante a sua participação na lavra apoiando os pais. Porém interessam-se mais por actividades de pesca, caça e colheita do mel porque estes produtos são mais comercializáveis com preços melhores em relação a outros produtos locais.

Todos estes subgrupos sociais para realizarem o seu trabalho organizam-se em pequenas redes. No caso da comercialização feita sobretudo pelos jovens, responsabilizam alguns dos seus companheiros de preferência os que têm um familiar nas cidades capitais das províncias onde vendem os produtos

para evitar gastos com alimentação e hospedagem. Com o dinheiro geralmente compram roupa, material escolar, viajam em busca de emprego, acessórios para pesca e caça, constroem casa e meios para a recreação. A construção de casas é feita de forma colectiva, desde a confecção de adobes ou corte de paus até a sua edificação. Os jovens aproveitam os períodos com poucas actividades na comunidade para procurar empregos ocasionais, principalmente no domínio da construção. No caso das raparigas, estão mais envolvidas nos mesmos trabalhos que fazem as mães. Umam preparam alguns bolinhos caseiros e vendem-nos na escola e em alguns pontos da aldeia. Na época da pesca deslocam-se ao rio munidas com cestos para apanharem peixe. Também algumas se dedicam à transformação do milho em fuba em quantidades significativas para venderem na sede do município. O dinheiro resultante serve para comprar algum creme, roupa. São valores insignificantes comparados com os dos rapazes.

As relações de género nestas aldeias caracterizam-se por uma subserviência das mulheres face aos homens. Imana ainda das questões culturais no sentido de que cabe ao homem tomar as decisões e as mulheres, cumpri-las. Por exemplo, o controlo financeiro derivado da venda de animais de caça e do mel cuja actividade é feita por homens são também eles que controlam os meios financeiros mesmo que as mulheres participem na sua comercialização. No caso da farinha de mandioca e milho os resultados financeiros são da responsabilidade das mulheres. Porém, são obrigadas a aplicarem o dinheiro para as necessidades domésticas e sociais da família, enquanto os homens são livres de decidirem onde aplicarem. Relativamente às viagens, os homens tens mais liberdade em se deslocar a outras localidades por longo tempo ao passo que as mulheres são limitadas ou impedidas de o fazer.

A subsistência e o desenvolvimento entre estas comunidades rurais nas quatro aldeias ainda são um desafio incomensuravel para ser alcançado. É necessário considerar o presente estudo como um ponto de partida. O seu diagnóstico deve ser objecto de reflexão mais aprofundada para daí desenhar um diagnóstico rápido de actualização e a partir dos seus resultados elaborar um plano estratégico com pelo menos três perspectivas temporais, de acordo com as conclusões sobre a pobreza e estratégias de subsistência: projectos de curto prazo, que vinculem acções de organização comunitária e acções de produção hortícolas e criação de pequenos animais domésticos; projectos a médio prazo, relacionados com a produção de cereais, leguminosas e o fomento da criação de animais para fins de produção e comercialização. Nesta fase já se introduz questões de formações itinerantes e o incentivo à alfabetização; finalmente, o projecto a longo prazo deve olhar para a exploração dos recursos naturais, principalmente conceber projectos estruturais de piscicultura e apicultura. Aqui é imperioso envolver os jovens nas formações especializadas não só para estas duas actividades como para as actividades de horticultura e criação de animais.



## BIBLIOGRAFIA

Abdelli, Hadrien e Damien Jouen (2013), “Diagnóstico Agrário Territorial da Província do Bié, Município do Andulo e Tchitembo”, *FAO*.

Abramovay, Ricardo (2005), “Juventude rural: Apliando as oportunidades”, *Raízes da Terra: Parcerias para a construção de capital social no campo*, 1 (1). Disponível em: [http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/juventude\\_rural-ampliando\\_oportunidades](http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/juventude_rural-ampliando_oportunidades)

Abreu, Cesaltina e Víctor H. Guilherme (2005), “Desenvolvimento Participativo e concertação social”, *Jornal Amigo*.

Administração Municipal de Chitembo (2009), *Processo de elaboração do perfil municipal*, Chitembo, FAO.

ADRA, (2013), *DRP & IPMA*, Bocoio, Benguela, ADRA.

ADRA, O. e. (2014), “Análise do OGE do Sector Agrícola de 2014”, *Revista África*, 46.

Alves, Sara (2002), *Programas de ajustamento estrutural na óptica do papel do estado na África a Sul do Saara*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de estudos africanos*, 4, pp. 35-70.

Borges, André (2003), “Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial”, *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 18 (52), pp. 125-138. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000200007>.

Brumer, Anita (2007), “A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade”, em Maria Carneiro e Elisa Castro (orgs.), *Juventude rural em perspectiva*, Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda.

Bueno, Marcos (2002), “As Teorias De Motivação Humana E Sua Contribuição Para A Empresa Humanizada: um tributo a Abraham Maslow”, *Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão*, 4 (6).

Caetano, José Manuel e Ana Morgado dos Santos (2008), “A crise alimentar mundial e os desafios do desenvolvimento rural: Que papel para o IDE português no sector agrícola em Angola?”, Maria Carvalho e Marcos dos Santos (coords.), *Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural – actas do 1.º Encontro Luso-angolano da Universidade de Évora* (pp. 251-276), Évora, Universidade de Évora.

CARE (2006), *Projecto de Apoia a Desconcentração e Descentralização dos municípios – Acção das ODAS*, Angola, Lubango, CARE.

Carneiro, Emmanuel Moreira (2011), “A Rendição Rendeira da África Subsahariana: Uma Abordagem através da economia política”, em Emmanuel Moreira Carneiro e Manuel Ennes Ferreira (coords.), *África Sub-Sahariana: meio século depois (1960-2010)* (pp-61-88), Lisboa, Colibri.

Carneiro, Maria e Elisa Castro (2006), *Juventude Rural em Perspectiva*, Rio de Janeiro, Mauad editora.

Chambers, Robert (1983), *Desenvolvimento Rural Fazer dos Últimos os Primeiros*, Luanda, ADRA Angola.

Chimanda, Pedro Fernandes (2010), *Do monopartidarismo à transição democrática em Angola*, Dissertação de Mestrado em Filosofia Política, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Coelho, António *et al* (2003), “Rendimento do milho no Brasil: Chegamos ao máximo”, *POTAFOS: Encarte Técnico*, 101, pp. 1-12.

Estrela, Edite *et al* (2013), *Saber Escrever Uma Tese e Outros Textos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Figueiredo, Carlos (28 de Julho de 2009), *Programa Integrado de Combate à Pobreza*. Disponível em: <http://cncs2009forum.bligoo.com/programa-integrado-de-combate-pobreza#.U9PPmbGB8rt>

Junta de Investigação do Ultramar (1968), *Descrição geral de Angola; geomorfologia, as seis grandes unidades geomorfológicas de Angola*, 2ª série, nº 56.

Marques, Marta (2008), “A actualidade do uso do conceito de camponês”, *Revista Nera*, 11 (12), pp. 57-67.

Melo, Luiz (1982), *Antropologia Cultural: Iniciação, Teoria e Temas*, Brasil, Vozes.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (Itália) e Ministério da Educação de Angola (1991), *Culturas arvenses*, Cooperazione Italiana e Italconsult.

MPLA (2012), *Manifesto Eleitoral – Angola a Crescer Mais e a Distribuir Melhor*.

Narciso, Vanda e Pedro Henriques (2008), “O Papel das Mulheres no Desenvolvimento Rural: Uma Leitura para Timor-Leste”, *CEFAGE-UE Working Paper*, 4.

Jayne, T. S. (2001), “A Dimensão Da Pobreza e a Necessidade de Terra”, *Msu Paper*, 24, Citado por Negrão, José (2002), “A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres”, *Oficina do CES*, 179.

Novo Jornal (2014), “Angola atingiu o objectivo do milénio no combate à fome”, 315, p. 31.

Owusu, Maxwell (2010), “A Agropecuária e o desenvolvimento rural”, em Ali A. Mazrui e Christophe Wondji (eds.), *História Geral de África – África desde 1935* (Vol. III) (p. 379-428), Brasília, UNESCO.

Pacheco, Fernando (Fevereiro 2014), “Crónica da Terra, A hora da mulher rural”, *Revista África*, 21 (85).

Rela, José Manuel (2005), *Angola – O Futuro já começou*, Luanda, Editorial Zila.

Ribeiro, Maria (2012), *Caracterização e Valorização de Serviços de Ecossistema no Apoio à Conservação e Gestão do Litoral de Matosinhos*. Dissertação de Mestrado em Ciências e Tecnologia do Ambiente, Universidade do Porto, Porto.

Rodrigues, Luis Carvalho (2011), “As pessoas e as suas comunidades”, em Luis Carvalho Rodrigues *et al* (orgs.), *Manual de cooperação para o desenvolvimento*, Oeiras, Inaeditora.

Schiefer, Ulrich *et al* (2006), *Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*, Estoril, Príncipeia.

Torres, Adelino (1983), “Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)”, *Análise Social*, 19 (77-78-79), pp. 1101-1119.

Torres, Adelino (2008), “África: desenvolvimento adiado e crise mundial”, *Revista Lusófona de Estudos Africanos*, 1, pp. 9-26.

UNITA (2012), *UNITA – Manifesto Eleitoral 2012*, Angola, UNITA.

Zangui, José (2014), “Crédito em ‘banho-maria’”, *Nova Gazeta*. Disponível em: <http://novagazeta.co.ao/?p=1196>



## ANEXOS

### Anexo I

**Quadro 1:** Culturas agrícolas importantes para a subsistência

Nº de famílias	Parcelares de quantidades colhidas	M i l h o			M a n d i o c a		
		Nº de famílias	Parcelares de quantidades vendidas	Nº de famílias	Parcelares de quantidades colhidas	Nº de famílias	Parcelares de quantidades vendidas
10	10-80 kgs	48	10-80 Kgs	32	60-110 KGs	39	20-100 Kgs
17	100-150 “	49	100-200 “	24	200-400 Kgs	10	140-200 “
47	200-250 “	13	300-400 “	14	600-800 Kgs	8	340-500 “
34	300-400 “	9	500-600 “	8	1000-1500 Kgs	5	600-750 “
26	500-600 “	3	800-1000 “	1	2250	4	1200-1500 “
19	800-1000 “	1	22000 “	1	6060	1	2550 “
7	1500-2500 “					1	6000 “
1	4000 “						

O quadro foi elaborado, averiguando família por família considerando cada sexo os bens de recoleção mais importantes para a subsistência obtidas por cada família por sexo em quantidades. Elaborou-se o gráfico nº 11.

**Quadro 2:** Gastos dos chefes de famílias

Chefes de família	Pagamentos escolares- anual em Kuanzas	Oferta na igreja- mensal, em kuanzas	Saúde – anual, em kuanzas	Transporte- anual	Comunicação- anual	Dívidas- anual
Gastos que as famílias chefiadas por mulheres aplicam	5000-9000-1000-2000-2000-2000-4000-3000-1000-5000-500-800-3000-3000-1500-4000-500-1000-1000-1000-2000-3000-400-10000-600-2000-1000-1000-4000-200-2000-5000-8000-75-2000-1000-1000-2000-20000-	500-100-100-500-1000-600-1000-5000-200-500-100-200-500-150	5000-5000-10000-1000-8000-500-40000-10000-20000-5000-9000-10000-800-800-4000-30000-1500-5000-6000-4000-20000-8000-7000-51000-20000-7000-9000-30000-10000-2500-2000-7000-4000-30000	10000-2000-500-3000-1000-5000-2000-4000-5000-10000-2000-5000-2000-2500-200-10000-3000-4000-3000-2000-2000-9000-5000-5000-1000-30000-1800-6000-1000-2000-2000-1000-7000-4000-1500-7000-6000-20000-11000-3000-2000-2500-	20000-2000-100000	5000-10000-200000-5000-5000-5000-4000-300-2000-15000-6000-4000

	1500-500-3000-100-1000			8000-1000-10000-5000-10000-400-2000-2000-2000-1500-6000-10000-3000-5000		
Nº de famílias mulheres	48	14	36	56	3	12
Gastos que as famílias chefiadas pelos homens aplicam	2000-3000-3000-2000-10000-100000-1500-3000-5000-5000-5000-1000-1500-1000-5000-300-3000-2000-10000-4000-1000-1000-6000-6000-9000-100-1000-1000-2500-5000-3000-20000-3000-500-12000-4000-5000-3000-100-5000-5000-1000-600-2000-200-1000-2500-3200-2500-1500-1500-1500-4000-2000-7000-3000-3500-10000-500-500-15000-10000-1000-10000-2000-10000-10000-10000-10000-10000-3000-3000-2000-10000-3000-10000-400-8000-	500-100-1000-200-100-200-1000-1000-1000-250-500-200-10000-1000-500-500-3000-30000-3000-200-5000-250-2000-500-500-100-400-100-100-100-100-200	24000-5000-8000-12000-3000-5000-4000-4000-3000-6000-1000-5000-5000-10000-30000-5000-10000-4000-2000-100-73000-30000-1000-1000-2400-4000-800-3000-3000-1500-800-800-1000-2000-3500-4000-25000-850-16000-2000-800-15000-2500-500-800-800-5000-5000-7000-4800-3600-3000-5000-10000-3000-6000-10000-4000-5000-15000-2000-3000-20000-5000-2000-15000-2000-5000-3000-5000-3000-3900-4000-10000-8000-8000-500-10000-6000-10000-30000-1500-57000-14000-9000-19000-55000-2000-2000-30000-7000-7000-8000-10000-5000-3000-4000-4000-5000-12000-4000-15000-2000-13000-2500-4500-30000-12000-3000-5000-20000-10000-3000-20000-40000-10000-3000-5000-1000-5000-10000-15000-3000-5000-2000-5000-2000-10000-200-3000-10000-8000-4000-3000-	50000-20000-3000-3000-3000-300-3000-14000-5000-8000-14000-2000-2000-2000-9600-10000-10000-10000-20000-10000-3000-20000-15000-2000-2000-5000-1000-4000-2000-4000-3000-4000-3000-24000-2000-3000-3900-4000-10000-8000-8000-500-10000-6000-10000-30000-1500-57000-14000-9000-19000-55000-2000-2000-30000-7000-7000-8000-10000-5000-3000-4000-4000-5000-12000-4000-15000-2000-13000-2500-4500-30000-12000-3000-5000-20000-10000-3000-20000-40000-10000-3000-5000-1000-5000-10000-15000-3000-5000-2000-5000-2000-10000-200-3000-10000-8000-4000-3000-	20000-10000-24000-10000-16000-8000-10000-10000-30000	3000-15000-4000-6000-15000-5000-50000-20000-1500-10000-800-3500-3000-8000-4000-30000-3000-25000-550-5000-15000-5000

	6000-5000- 3000-1000- 2000-300- 50-5000- 5000-1000- 2000-3000- 4000-100-10			1000-20000		
Nº de famílias chefiadas pelos homens	109	37	85	103	9	22

O quadro foi elaborado considerando os gastos que cada família gasta em cada um dos serviços, considerando as famílias chefiadas por mulheres e as chefiadas por homens. Para a determinação dos dados para o gráfico dos gastos com a família, fez-se a manipulação dos números considerando a moda dos números e posteriormente calculou-se a média, os resultados são os que foram aplicados.

## Anexo II

### Questionário

Estudo de base cultural e socioeconómico

Universidades de Hamburgo/Giessen/Marburg

CONFIDENCIAL

Somente para fins de pesquisa

### QUESTIONÁRIO AO AGREGADO FAMILIAR

#### INTRODUÇÃO

“Meu nome é \_\_\_\_\_. Eu trabalho para um projecto de pesquisa **O FUTURO OKAVANGO** que está sob a supervisão das Universidades de Hamburgo/Giessen/Marburg, na Alemanha.

O meu supervisor é \_\_\_\_\_ da Universidade alemã de \_\_\_\_\_. O objectivo mais importante da nossa pesquisa é entender as **estratégicas de subsistência** das famílias nesta área e o papel que os recursos naturais desempenham no orçamento do agregado familiar. Isto inclui fazer perguntas sobre a **associação** e **composição** do agregado familiar bem como as **estratégicas económicas** que empregam. Gostaríamos de lhe fazer essas perguntas. As suas respostas ajudarão a compreender as **experiências** e as **preocupações** das pessoas que vivem nesta área. Por favor, peça-me para lhes explicar caso não entenda qualquer pergunta. Tudo o que você me disser será mantido em **confidência**. Podemos começar agora?

Muito obrigado pela sua participação!”

Número do questionário: \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÃO BÁSICA

(Aqui o entrevistador não tem de fazer perguntas, mas apenas anotar dados observados por si e com a ajuda do GPS)

Data:

Nome do agregado familiar: \_\_\_\_\_

4. Língua da entrevista:  Rukwangali  Inglês  Português  Setswana

Outra: \_\_\_\_\_

Local (nome da aldeia): \_\_\_\_\_

GPS Sul: \_\_\_\_\_

GPS Este: \_\_\_\_\_

Resultado da entrevista:

O agregado familiar participou/respondeu?

Sim

Não

## SECÇÃO 1. CENSO:

### A. COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR – TABELA 1

“Como temos verificado através de nossas entrevistas anteriores com pessoas nesta área uma família/agregado familiar é um grupo de pessoas que vivem em conjunto e normalmente partilham comida e cozinham juntos. Agora eu vou-lhe fazer várias perguntas sobre todas as pessoas que pertencem à sua família.”

“Comece as perguntas pelo chefe do agregado familiar, depois a esposa/o, as crianças, e finalmente outras pessoas que façam parte do agregado familiar – ou seja, apenas as pessoas que partilhem e/ou cozinhem comida no seio do agregado familiar”

Pessoa N.º	Quais são os nomes de todas as pessoas que pertencem a esta família? →COMEÇA COM O CHEFE DA FAMÍLIA, ESPOSA (O); CRIANÇAS, OUTROS! →ANOTE TODOS OS NOMES DE UMA PESSOA; →TRABALHADORES <b>SOMENTE</b> SE PARTILHAM A COMIDA!			Qual é a sua relação com o chefe da família? * (escolha uma opção) CÓDIGOS ABAIXO	É de sexo masculino ou feminino? (reposta baseada na observação)	Em que ano nasceu? (caso não seja possível, pelo menos indique (ex. adulto, criança, etc.)	Educação escolar? **	Qual é a ocupação actual de (nome)? ***	Qual é o seu estado civil? ****	Qual é o seu “Clã”?
	Sobrenome	Primeiro Nome	Outros nomes?							
1	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.	15.	16.
2	18.	19.	20.	21.	22.	23.	26.	24.	25.	27.
3	29.	30.	31.	32.	33.	34.	37.	35.	36.	38.
4	40.	41.	42.	43.	44.	45.	48.	46.	47.	49.
5	51.	52.	53.	54.	55.	56.	59.	57.	58.	60.
6	62.	63.	64.	65.	66.	67.	70.	68.	69.	71.
7	73.	74.	75.	76.	77.	78.	81.	79.	80.	82.
8	84.	85.	86.	87.	88.	89.	92.	90.	91.	93.
9	94.	95.	96.	97.	98.	99.	102.	100.	101.	103.
10	105.	106.	107.	108.	109.	110.	113.	111.	112.	114.
11	116.	117.	118.	119.	120.	121.	124.	122.	123.	125.
12	127.	128.	129.	130.	131.	132.	135.	133.	134.	136.

No.	PERGUNTAS e Filtros	RESPOSTAS
227	Desde há quanto tempo a sua família mora neste lugar?	<5 Anos            A 5-10 Anos        B 11-20 Anos       C Mais tempo       D Sem resposta     E
228	Onde você morou antes?	LOCAL DE RESIDÊNCIA:
229	Qual é a língua materna do chefe da família?  (escolha apenas uma resposta)	Português        A Chockwe           B Nganguela        C Umbundu         D Inglês             E Outra (indique qual)    F: _____
230	Qual é a religião/igreja do chefe da família?	Religião Tradicional        A Católica            B Protestante        C Nenhuma religião D Outro               E: _____ (ESPECIFICAR)
231	Por favor, diga o nome exacto da sua igreja!	Nome: _____

## SECÇÃO 2. INFORMAÇÕES BÁSICAS DO AGREGADO FAMILIAR:

### A. VIDA E SITUAÇÃO ECONÓMICA

232.	A família ocupa quantos edifícios? “SE A FAMÍLIA OCUPA MAIS DE 1 CASA TODAS AS QUESTÕES SEGUINTESE REFEREM EXCLUSIVAMENTE À CASA DO CHEFE DA FAMÍLIA!”	NÚMERO: _____
233.	MATERIAL PRINCIPAL das PAREDES EXTERNAS - Escolha uma das seguintes opções - Anota observações; Em caso de dúvida, pergunte!	Bloco            de            A cimento/tijolos            B Tijolos feitos de            C Adobe            D Chapas de zinco            E Pau-a-pique, lama &        F estrume de vaca Palha Outro (indicar): _____

		_____
234.	MATERIAL PRINCIPAL do TELHADO	Palha A Chapas de zinco B Junco C Outro D (Indicar): _____ E _____ Sem resposta
235.	A família tem quantos quartos para dormir? NÃO INCLUEM BANHEIROS, CASAS-DE-BANHO, ARMÁRIOS, VARANDAS, E COZINHAS!	Nº DE QUARTOS: _____ _____
236.	Qual é a fonte principal de água para beber e cozinhar da família?	Torneira de água A dentro de casa B Torneira pública C Furo com cisterna D aberto E Furo com cisterna F coberto H Rio Outro (Indicar): _____ _____ Sem resposta
237.	Qual é a fonte de energia que a sua família utiliza para cozinhar, aquecimento, luz (é possível múltipla escolha, por favor escolha todas as que se aplicam)?	Madeira Gás Gerador diesel Pannel solar Rede de electricidade Velas Parafina Outro (Indicar): _____
238.	A sua família possui os seguintes itens? (por favor, enumera um por um):	
	ITEM	Quantos(as)?

	Rádio Televisão Telefone fixo Telefone celular Geleira Fogão (eléctrico ou a gás) Carroça Bicicleta Mota Carro Bakkie camião Antena parabólica Barco Computador Câmara fotográfica Sistema Hi-fi Conjunto de sofá Colchão Ocidental Cadeiras	_____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____
239.	Pense nos últimos <u>30 dias</u> , quantas vezes a sua família teve carne ou frango?	NÚMERO DE Refeições:___
240	Pense nos últimos <u>30 dias</u> , quantas vezes a sua família teve peixe?	NÚMERO DE REFEIÇÕES:___
241	Quais são as cinco coisas mais importantes que existem na natureza aqui para si? 1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____	

## B. ATIVIDADES DE PRODUÇÃO

242.	A sua família pratica actividades de colheita (agricultura)?	SIM NÃO	A B (ir para a 252.)
------	--	------------	-------------------------

243.	Quais foram as colheitas que você cultivou o ano passado?  Massango Milho Massambala Mandioca Arroz Batatas Batatas doces Outras Colheitas (Indicar): _____	SIM   NÂO <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
245.	Quais foram os vegetais que você cultivou no ano passado?  Abóbora Feijão Tomates Pepino Gindungo Repolho Cebola Outros vegetais (Indicar): _____	SIM   NÂO <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
247	Quais foram os frutos que você cultivou o ano passado?  Bananas Melão Papaia	SIM   NÂO <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

	Amendoim Outras Frutas (indicar): _____	
249.	<p>Qula é o/a colheita, vegetal e fruta mais importante para a subsistência?_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	

Colheitas/vegetais/frutas mais importante para a SUBSISTÊNCIA #1 (RESPOSTAS PARA O ITEM MAIS IMPORTANTE):

250	<p>Quanto você colheu/recolheu na última temporada? Por favor indique a resposta em kg, sacos ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)</p>	<p>KG: _____</p> <p>SACOS (de 50Kg?): _____</p> <p>Unidades: _____</p>
251	<p>Quanto você vendeu? Por favor indique a resposta em kg, sacos ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)</p>	<p>KG: _____</p> <p>SACOS: _____</p> <p>Unidades: _____</p>
252	<p>Quanto você trocou? Por favor indique a resposta em kg, sacos ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)</p>	<p>KG: _____</p> <p>SACOS: _____</p> <p>Unidades: _____</p>
253	<p>Você vende ou troca com: (Por favor, escolha todos os campos que se aplicam; mais de uma resposta possível)</p>	<p><input type="checkbox"/> Mercado local</p> <p><input type="checkbox"/> Vizinhos</p> <p><input type="checkbox"/> Família</p> <p><input type="checkbox"/> Distribuidor ou cooperativa</p> <p><input type="checkbox"/> Na estrada</p> <p><input type="checkbox"/> Outra</p>
254	<p>Você também comprou este item na</p>	<p>SIM <span style="float: right;">A</span></p>

	temporada passada? (por favor, escolha apenas um dos campos)	NÃO (ir para a 256.) <b>B</b>
255	Onde você compra o item: (Por favor, escolha todos os campos que se aplicam; mais de uma resposta possível)	<input type="checkbox"/> Mercado Local <input type="checkbox"/> Vizinhos <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Distribuidor ou cooperativa <input type="checkbox"/> Na estrada

Colheitas/vegetais/frutas mais importantes para A SUBSISTÊNCIA #2 (RESPOSTAS PARA O SEGUNDO ITEM MAIS IMPORTANTE):

256.	Qual é o/a segunda colheita, vegetal e fruta mais importante para a subsistência?_____	
257.	Quanto você colheu/recolheu na última temporada? Por favor indique a resposta em kg, sacos ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	KG:_____ SACOS (de 50Kg?):_____ Unidades:_____
258.	Quanto você vendeu? Por favor indique a resposta em kg, sacolas ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	KG:_____ SACOS:_____ Unidades:_____
259.	Quanto você trocou? Por favor indique a resposta em kg, sacolas ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	KG:_____ SACOS:_____ Unidades:_____
260.	Você vende ou troca com: (Por favor, escolha todos os campos que se aplicam; mais de uma resposta possível)	<input type="checkbox"/> Mercado local <input type="checkbox"/> Vizinhos <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Distribuidor ou cooperativa <input type="checkbox"/> Na estrada

		<input type="checkbox"/> Outra
261.	Você também comprou este item na temporada passada? (por favor, escolha apenas um dos campos)	SIM A NÃO (ir para a 263.) B
262.	Onde você compra o item: (Por favor, escolha todos os campos que se aplicam; mais de uma resposta possível)	<input type="checkbox"/> Mercado Local <input type="checkbox"/> Vizinhos <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Distribuidor ou cooperativa <input type="checkbox"/> Na estrada

Colheitas/vegetais/frutas mais importantes para a geração de rendimentos #1  
(RESPOSTAS PARA O ITEM MAIS IMPORTANTE):

263	Qual é o/a colheita, vegetal e fruta mais importante para a geração de rendimentos? _____ _____ _____ _____	
264	Quanto você colheu/recolheu a última temporada? Por favor indique a resposta em kg, sacos ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	KG: _____ SACOS (de 50Kg?): _____ Unidades: _____
265	Quanto você vendeu? Por favor indique a resposta em kg, sacolas ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	KG: _____ SACOS: _____ Unidades: _____
266	Quanto você trocou? Por favor indique a resposta em kg, sacolas ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	KG: _____ SACOS: _____ Unidades: _____
267	Você vende ou troca com: (Por favor, escolha todos os campos)	<input type="checkbox"/> Mercado local <input type="checkbox"/> Vizinhos

	que se aplicam; mais de uma resposta possível)	<input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Distribuidor ou cooperativa <input type="checkbox"/> Na estrada <input type="checkbox"/> Outra
268	Você também comprou este item na temporada passada? (por favor, escolha apenas um dos campos)	SIM NÃO (ir para a 263.)
269	Onde você compra o item: (Por favor, escolha todos os campos que se aplicam; mais de uma resposta possível)	<input type="checkbox"/> Mercado Local <input type="checkbox"/> Vizinhos <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Distribuidor ou cooperativa <input type="checkbox"/> Na estrada

Colheitas/vegetais/frutas mais importantes para a geração de rendimentos #2 (RESPOSTAS PARA O SEGUNDO ITEM MAIS IMPORTANTE):

270.	Qual é o/a segunda colheita, vegetal e fruta mais importante para a geração de rendimentos? _____ _____ _____
------	---

271.	Quanto você colheu/recolheu a última temporada? Por favor indique a resposta em kg, sacolas ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	KG: _____ SACOLAS (de 50Kg?): _____ Unidades: _____
272.	Quanto você vendeu? Por favor indique a resposta em kg, sacolas ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	KG: _____ SACOLAS: _____ Unidades: _____
273.	Quanto você trocou? Por favor indique a resposta em kg, sacolas	KG: _____ SACOLAS: _____

	ou por unidades por ano. (Apenas uma opção)	Unidades:_____
274.	Você vende ou troca com: (Por favor, escolha todos os campos que se aplicam; mais de uma resposta possível)	<input type="checkbox"/> Mercado local <input type="checkbox"/> Vizinhos <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Distribuidor ou cooperativa <input type="checkbox"/> Na estrada <input type="checkbox"/> Outra
275.	Você também comprou este item na temporada passada? (por favor, escolha apenas um dos campos)	SIM <span style="float: right;">A</span> NÃO (ir para a 277.) <span style="float: right;">B</span>
276.	Onde você compra o item: (Por favor, escolha todos os campos que se aplicam; mais de uma resposta possível)	<input type="checkbox"/> Mercado Local <input type="checkbox"/> Vizinhos <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Distribuidor ou cooperativa <input type="checkbox"/> Na estrada

277.	Quantos campos agrícolas têm?_____							
	Onde estão localizados os seus campos cultivados? Qual é a idade dos seus campos? Por favor responda por TODOS os campos que você cultiva.							Tamanho do terreno?
		Ao pé do rio	Na floresta	Terra seca de capim	Ao pé da residência	Outro	Sem resposta	Estimativa Uni. de medida (ex. hectares, m2, km2)
278.	1							280.)
281.	Tem outros campos de cultivo? Sim - A ( <b>prosseguir</b> ) // Não - B (ir para <b>297.</b> ) // Sem Resposta – C (ir para <b>297</b> )							

282.		Ao pé do rio	Na floresta	Terra seca de capim	Ao pé da residência	Outro	Sem resposta	Estimativa Uni. de medida (ex. hectares, km2)
	2							284.)
283.	Quais destas opções se aplicam no segundo campo de cultivo?  (esta pergunta implica duas respostas. Por favor, leia todas as possibilidades ao entrevistado)			<p>O Cultivado no ano passado O Cultivado há mais de 2 anos O Cultivado há mais de 5 anos</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>O Criado em área que foi cultivada no passado O Criado em área que nunca foi cultivada</p>				
281.	Tem outros campos de cultivo? Sim - A ( <b>prosseguir</b> ) // Não - B (ir <b>para 297.</b> ) // Sem Resposta - C (ir <b>para 297</b> )							
286.		Ao pé do rio	Na floresta	Terra seca de capim	Ao pé da residência	Outro	Sem resposta	Estimativa Uni. de medida (ex. hectares, km2)
	3							288.)
287.	Quais destas opções se aplicam ao terceiro campo de cultivo?  (esta pergunta implica duas respostas. Por favor, leia todas as possibilidades ao entrevistado)			<p>O Cultivado no ano passado O Cultivado há mais de 2 anos O Cultivado há mais de 5 anos</p> <p>-----</p> <p>-----</p> <p>O Criado em área que foi cultivada no passado O Criado em área que nunca foi cultivada</p>				
289.	Tem outros campos de cultivo? Sim - A ( <b>prosseguir</b> ) // Não - B (ir <b>para 297.</b> ) // Sem Resposta - C (ir <b>para 297</b> )							
290.		Ao pé do rio	Na floresta	Terra seca de capim	Ao pé da residência	Outro	Sem resposta	Estimativa Uni. de medida (ex. hectares)

								km 2)
	4							292 )
291.	Quais destas opções se aplicam ao quarto campo de cultivo?  (esta pergunta implica duas respostas. Por favor, leia todas as possibilidades ao entrevistado)			<p>O Cultivado no ano passado O Cultivado há mais de 2 anos O Cultivado há mais de 5 anos</p> <p>-----</p> <p>O Criado em área que foi cultivada no passado O Criado em área que nunca foi cultivada</p>				
293.	Tem outros campos de cultivo? Sim - A ( <u>prosseguir</u> ) // Não - B (ir para 297.)							
294.		Ao pé do rio	Na floresta	Terra seca de capim	Ao pé da residência	Outro	Sem resposta	Estimativa Uni. de medida (ex. hectares, km2)
	5							296.)
295.	Quais destas opções se aplicam ao quinto campo de cultivo?  (esta pergunta implica duas respostas. Por favor, leia todas as possibilidades ao entrevistado)			<p>O Cultivado no ano passado O Cultivado há mais de 2 anos O Cultivado há mais de 5 anos</p> <p>-----</p> <p>O Criado em área que foi cultivada no passado O Criado em área que nunca foi cultivada</p>				

297.	Existem partes dos seus campos deixados em pousio?	SIM            A NÃO            B SEM            C RESPOSTA
298.	Qual a frequência com que inicia uma nova área de cultivo?  (escolha uma das seguintes opções)	O - Todos os anos O - Entre 2-4 anos O - Entre 5-8 anos O - Entre 9-15 anos O - Mais de 16 anos O - Nunca

		O - Sem resposta			
299.	Qual a frequência com que você utiliza os seguintes factores:		Às vezes	Todos anos	Sem resposta
		Fertilizante	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o
		Pesticidas	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o
		Sementes melhoradas (cereais)	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o
		Adubo animal (gado, galinha, cabras, ...)	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o
		Adubo verde	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o	<input type="radio"/> o
300.	Você compra-os ou recebe-os gratuitamente de uma terceira organização (ONG, governo, amigo, família)	Compra Acesso livre S. Resp.			
		Fertilizante	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O
		Pesticidas	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O
		Sementes melhoradas (cereais)	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O
		Adubo animal (gado, galinha, cabras, ...)	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O
		Adubo verde (sideração)	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O	<input type="radio"/> O
301	Qual a utilização que dá aos restos das colheitas?	Como material de construção (vedação, telhado...)	A		
	Para pasto do gado	B			
	Só sob arado	C			
	Só queimada	D			
		E			
		F			

		<p style="text-align: right;">G</p> <p>Queimada e sob arado Deixados no campo Outros____ _____ -</p>
302	Você semeia sementes da sua própria produção de cereais?	<p>Nunca            A</p> <p>Às vezes        B</p> <p>Todos anos      C</p> <p>Sem                D</p> <p>Resposta</p>
303	Alguns dos seus campos de cultivo são irrigados?	<p>SIM                A</p> <p>NÃO                B</p> <p>Sem                C</p> <p>resposta</p>
304	A sua horta é irrigada?	<p>SIM                A</p> <p>NÃO                B</p> <p>Não        tem      C</p> <p>horta                D</p> <p>Sem</p> <p>resposta</p>

305	A sua família tem animais próprios?	<p>SIM                A</p> <p>NÃO                B (ir 307)</p>
-----	-------------------------------------	--

306	<p>Eu vou ler uma lista de animais. Por favor diga-me aproximadamente quantos destes animais, a sua família possui de momento e quantos foram vendidos no total durante os últimos 12 meses?</p> <p>A. Gado (número de bois)          B. Cavalos          C. Burros          D. Cabras          E. Ovelha          F. Porcos          G. Galinhas          H. OUTRO</p>	<p>ESCREVE O NÚMERO QUE A FAMÍLIA POSSUI:</p> <p>A: _____          B: _____          C: _____          D: _____          E: _____          F: _____          G: _____          H: _____</p>	<p>NÚMERO DE gado/animais domésticos vendidos</p> <p>A: _____          B: _____          C: _____          D: _____          E: _____          F: _____          G: _____          H: _____</p>	<p>NÚMERO DE gado/animais doméstico trocados ou doados</p> <p>A: _____          B: _____          C: _____          D: _____          E: _____          F: _____          G: _____          H: _____</p>

307	<p>Onde está localizado o campo de pasto onde você tem a possibilidade de enviar os seus animais para pastar? Por favor leia todos ao entrevistado.</p>	<p>Zona seca de capim          Na planície inundada/várzea <span style="float: right;">A</span>          Posto de gado na floresta <span style="float: right;">B</span>          Numa plantação de eucaliptos <span style="float: right;">C</span>          OUTROS <span style="float: right;">D</span>          (ESPECIFICAR!) <span style="float: right;">E</span></p>	
308	<p>A sua família recolhe/caça os recursos seguintes?</p> <p>Peixe          Plantas medicinais          Raízes          Frutas          Nozes          Capim          Caniço          Madeira          Madeira para construção          Pedras/terra/argila          Vermes/larvas (mahungo)          Caça          Lenha          Mel          Árvores não derrubadas</p>	<p>SIM</p> <p>O O O O O O O O O O O O O O O O O O</p>	<p>NÃO</p> <p>O O O O O O O O O O O O O O O O O O</p>

309	<p>Dos recursos que falámos, qual é o mais importante <b>para a subsistência</b> do seu agregado familiar?</p> <p>(pergunte especificamente pelos recursos</p>	
-----	--	--



	<p style="text-align: center;">Caça Lenha Mel Árvores não derrubadas</p>	
313	Que unidade/escala usa para medir esse recurso? (ex. kg, litros, etc.) _____	
314	Quantos (as) [usar a escala referidas pelo entrevistador] colheram/caçou do segundo recurso referido na temporada passada? _____	

315	<p>Dos recursos que falámos, qual é o mais importante <b><u>para o rendimento</u></b> que o seu agregado familiar gera?</p> <p>(pergunte especificamente pelos recursos directamente extraídos pelo agregado familiar: <u>não pergunte por recursos comprados</u>)</p> <p>(escolha apenas uma opção)</p> <p>Peixe <input type="radio"/></p> <p>Plantas medicinais <input type="radio"/></p> <p>Raízes <input type="radio"/></p> <p>Frutas <input type="radio"/></p> <p>Nozes <input type="radio"/></p> <p>Capim <input type="radio"/></p> <p>Caniço <input type="radio"/></p> <p>Madeira <input type="radio"/></p> <p>Madeira para construção <input type="radio"/></p> <p>Pedras/terra/argila <input type="radio"/></p> <p>Vermes/larvas <input type="radio"/></p> <p>Caça <input type="radio"/></p> <p>Lenha <input type="radio"/></p> <p>Mel <input type="radio"/></p> <p>Árvores não derrubadas <input type="radio"/></p>	
316	Que unidade/escala usa para medir esse recurso? (ex. kg, litros, etc.) _____	
317	Quantos (as) [usar a escala referidas pelo entrevistador] colheram/caçou do recurso referido na temporada passada? _____	
318	Quantos (as) [usar a escala referidas pelo entrevistador] venderam do recurso referido na temporada passada? _____	
319	Quantos (as) [usar a escala referidas pelo entrevistador] trocaram do recurso referido na temporada passada? _____	



	<input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Na estrada <input type="checkbox"/> Outro
--	---

32 7	Quantas pessoas fora de sua família trabalham na sua fazenda/seu campo durante o ano? (mínimo - máximo)?	Mínimo: _____ Máximo: _____			
32 8	A sua família tem, pede emprestada ou aluga um dos seguintes meios de produção?	Possui	Alugada ou emprestada de alguém	Não usa esta ferramenta	Sem resposta
	Enxada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Arado (Charrua)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Boi	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Trenó (zorra)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Tractor		<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

D. CONSUMO E DESPESAS

3 29	Quanto dinheiro a sua família gasta em média por mês OU por ano em ...? (escolha apenas o campo de mês ou ano)	Montante por mês	OU Montante ano	por
	Taxas escolares e papelarias (ex. canetas, etc.)	—	—	
	Taxas de água	—	—	
	Redes Sociais (por exemplo: contribuições na igreja)	—	—	
	Transporte	—	—	
	Cuidados médicos/ Hospital	—	—	
	Apoio aos membros da família	—	—	
	Beber e Tabaco	—	—	
	Electricidade	—	—	
	Comunicações / (ex. crédito para telefone)	—	—	
	Seguros	—	—	
	Taxas	—	—	
	Manutenção de equipamentos	—	—	
	Rendas	—	—	
	Poupança	—	—	
	Pagamento de créditos			
	Taxas tradicionais e multas			
	Pagamento a “curandeiros” (medicina tradicional)			

C. GERAÇÃO DE RENDA

30	3	Qual é o rendimento dos membros da família que recebem um salário regular?	
		NOME & N. ° DE PESSOAS	TIPO DE TRABALHO DE RENDIMENTO POR MÊS
31	3	Alguns membros da família recebem pensão? ISTO INCLUI TODAS AS PENSÕES, POR EXEMPLO: VELHICE, CRIANÇAS, DEFICIENCIA!	SIM - O NÃO - O (ir 333)
32	3	Quais são os nomes desses membros do agregado familiar, o tipo de pensão e o montante por mês: (podem ser bens como comida, ferramentas, etc.)	
		NOME & N. ° DE PESSOAS	TIPO DE PENSÃO DE RENDIMENTO POR MÊS

333	A família recebe alguma transferência de dinheiro? Isto significa se a família recebe o apoio de pessoas que trabalham em outro lugar. O apoio pode ser em forma de mercadorias (e.g. Roupas), taxas escolares, ou dinheiro.	SIM - O NÃO - O	A B (ir 335)															
334	<p>O que foi enviado ao longo dos últimos 6 meses? Valor estimado</p> <table border="1" data-bbox="331 846 1463 1352"> <tr><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td></tr> </table>																	
335	<p>Qual é o rendimento dos membros da família que administram um negócio?</p> <table border="1" data-bbox="331 1509 1463 1863"> <thead> <tr> <th data-bbox="331 1509 568 1594">NOME &amp; N. ° DE PESSOAS</th> <th data-bbox="568 1509 842 1594">TIPO TRABALHO</th> <th data-bbox="842 1509 1463 1594">RENDIMENTO POR MÊS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>			NOME & N. ° DE PESSOAS	TIPO TRABALHO	RENDIMENTO POR MÊS												
NOME & N. ° DE PESSOAS	TIPO TRABALHO	RENDIMENTO POR MÊS																

336	Algum membro da sua família tem uma conta bancária?	SIM O	A
		NÃO O	B (ir 339)
337	A sua família poupa dinheiro dos rendimentos?	SIM O	A
		NÃO O	B (ir 339)
338	Se sim, onde? Por exemplo: conta bancária, aldeia cooperativa ou outros grupos informais	_____	
		_____	
339	Algum membro da sua família tem algum seguro?	SIM O	A
		NÃO O	B (ir 341)
340	Se sim, onde? Qual é o tipo de seguro	_____	
		_____	
341	Resumindo, como você avalia a situação económica da sua família hoje? (escala 1-10)		
	Comp letamente insatisfeit o	Mai s ou menos insatisf eito	N eutro
		Mais menos satisfeito	ou Complet amente satisfeito
			Sem resposta
Satisf ação	O	O	O
	O	O	O

Muito obrigado pelo seu tempo e cooperação!

342	Você aceitaria participar noutra entrevista?	SIM	A
		NÃO	B

FIM

Comentário do entrevistador sobre a qualidade da entrevista:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Anexo III



Criança na aldeia de Kankuikui, peneira a fuba para fazer o almoço do dia.



Menina pisa fuba para ajudar a mãe na preparação da refeição.



O investigador do TFO e dois estudantes participantes na pesquisa de campo, treinamento do manuseio do GPS. Sede de Chitembo.



Da esquerda para a direita, João, investigador da Universidade de Hamburgo do TFO, ao centro Chilemo, estudante do núcleo universitário de Menongue, à direita Otto, mestrando. Chitembo



As quatro aldeias são separadas por uma estrada esfaltada nacional, do eixo  
Menongue Cuito Bié.



As aldeias estão embicadas num mesmo planalto



Estrutura arquitectónica da aldeia



A galinha é o animal doméstico mais comum



O porco é animal criado e desenvolve muito bem



Momentos quando o investigador apresentava os estudantes as autoridades tradicionais das três aldeias.



As mulheres recolhem a lenha para fins alimentares



A mandioca é o 2º produto alimentar mais importante para as famílias das aldeias





A mulher viúva idosa recorre a confecção de cestos para sobreviver, mostra a sua modesta casa a visita



As crianças sob guarda de uma idosa deficiente no momento em que os pais estão nas lavras



As crianças são a população mais presente durante a semana nas aldeias



Uma mãe a cuidar de outras crianças de mães que foram à escola e lavras





As raparigas estão mais desesperadas, estão conformadas em seguir as mães.

Os jovens são os mais cépticos com o futuro.



A característica da savana da região no período do inverno





Jovens solidários ajudam-se, reparação da casa de um jovem



Momento quando se fazia a entrevista ao chefe de família e soba do Tuia





Mestrando quando fazia a entrevista



As queimadas são uma prática comum na região



Depois de um trabalho de campo repousávamos para tomar uma merenda

## **CURRICULUN VITAE**

### **DADOS PESSOAIS**

NOME: Otto Jacinto Maria Adriano

DATA DE NASCIMENTO: 30/03/1967

FILIAÇÃO: Jacinto Hossi e Maria Tchinhangãla

NATURALIDADE: Caluquembe

PAÍS: Angola

PROVÍNCIA: Huíla

MUNICÍPIO: Caluquembe

RESIDÊNCIA: Lubango

PROFISSÃO: Professor Graduado em Ciências da Educação

ESTADO CIVIL: Casado

### **FORMAÇÃO ACADÉMICA E TECNICO PROFISSIONAL**

#### **FORMAÇÃO SUPERIOR**

2º Ciclo, Mestrado: pós graduado em Estudos Africanos no Ramo de Gestão do Desenvolvimento Social e Económico pelo Instituto Universitário de Lisboa, 2012;

Em Curso a elaboração da monografia para defesa de tese de mestrado, 2014;

1º Ciclo: Licenciado em Ciências de Educação pelo Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) do Lubango, opção Geografia, 2006-2010;

Frequência do 1º ano do Curso de Gestão na Universidade Aberta/Portugal, 1999;

#### **FORMAÇÃO MÉDIA**

Conclusão do curso Médio na especialidade de Agricultura no Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro – 1990/1994.

#### **FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA**

Conclusão do Curso Básico, Agro-Pecuário com equivalência da 8ª Classe no Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro, Município da Humpata, 1984/1986.

#### **FORMAÇÃO SECUNDÁRIA**

Conclusão do ensino secundária, 6ª Classe no Lubango, Escola Mandume, 1980/1983.

Conclusão do ensino primário, Caluquembe, 1977.

### **OUTRAS FORMAÇÕES**

Curso sobre PDI (Plano de Desenvolvimento Integrado), 2008;

Curso de Inovação Institucional, 2005;

Curso de Inglês na África do Sul, 2005;

Curso de Assesores em Desenvolvimento Organizacional e Institucional, Lubango, 2002;

Curso de Monitoria e Avaliação, Luanda 1999;

Participação na formação sobre Perfil Municipal Socioeconómico, Lubango, 1999;

Curso de Liderança no ISTEEL (Instituto Superior de Teologia do Lubango), 1996;  
Curso de Sistematização de Experiências, Benguela, 1997;  
Curso de Planificação e Orçamentação Participação, Namíbia Windhoek, 1996;  
Troca de Experiência em Desenvolvimento Comunitário no Brasil no estados do Rio de Janeiro, Baía e Recife;  
Curso sobre Planeamento Estratégico, Malange, 1995;  
Curso sobre Técnicas de Facilitação e Visualização, Lubango, 1995;  
Curso de Desenvolvimento Comunitário (Metodologias), Lubango, 1994;  
Curso de Agro - Meteorologia, Lubango, 1992;  
Curso de Extensão e Desenvolvimento Rural no Centro Olof Palme, República da Guiné Bissau, 1994;  
Curso sobre SIG e SAGA, Junho de 2014, ISCED Lubango;  
Participação em Diagnósticos Rápidos Participativo nas comunidades rurais e peri-urbanas nos municípios dos Gambos e Lubango, 1994.

#### **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Integrante da equipa de consultores na facilitação dos perfis municipais (Caconda e Quilengues), 2014;  
Integrante da equipa de facilitadores na elaboração do PNDS (Plano de Nacional de Desenvolvimento Sanitário, adstrito ao Ministério da Saúde), 2014;  
Facilitador de DRP às Administrações dos municipais nas províncias da Huíla, Namibe e Huambo, 2014;  
Condução da pesquisa etnográfica participativa liderada pela Universidade de Hamburgo no âmbito do Mestrado sobre meios de vida em quatro aldeias do município de Tchitembo Julho de 2012;  
Assistente de Projectos da ADRA-Antena Huila e Kunene, 2011;  
Coordenador Municipal do Lubango no Programa de Apoio a Descentralização do município do Lubango pela CARE Internacional, 2007/2008;  
Assessor em Descentralização nas administrações dos municípios de Bibala (província do Namibe), Namakunde (província do Kunene), Chicomba (província da Huíla), pela SNV- ONG Holandesa, 2001/2006;  
Assessor do COIEPA na região sul para as questões de “ PAZ e Reconciliação Nacional”, SNV – 2005/2006;  
Coordenador na ADRA do projecto de fortalecimento das organizações comunitárias de base, 1997/2000;  
Trabalhador da agricultura com a função de extensionista rural nas comunas e aldeias do município do Lubango, 1986/1994;  
Integração na ADRA como Técnico de Desenvolvimento Comunitário, 1994/2000.

## **OUTRAS HABILIDADES**

Informática nos programas Word, Excel, PowerPoint;

Facilitação de seminários, workshops, Foras;

Elaboração de módulos de formação;

Elaboração de relatórios e memórias.

## **DOCUMENTOS**

BI N° 002098517HA035

Passaporte normal

Passaporte de disponibilidade militar

Declaração de Licenciatura

Cartão de Estudante de Mestrado

Carta de condução

## **CONTACTOS**

Telemóvel: 931874642

Correio electrónico: otto\_adriano@yahoo.com

Actualizado aos, 25 de Agosto de 2014.